

● caderno  
**JENEPS**

**N.2 - Vol.1 - 2019 - ISSN 2595-6787**



## ÍNDICE

**Pg. 5 - Conviver também é educar... Sempre e em todo lugar!**

*Arthur Vianna Ferreira – Coordenador da Revista Caderno JENEPS; Presidente do Grupo Gestor da III Jornada de Educação Não Escolar e Pedagogia Social - UERJ/FFP*

**Pg. 7 - A educação e as redes sociais: A (in)visibilidade da angústia e as práticas autolesivas de adolescentes em situação de vulnerabilidade social**

*Adílson da Silva Mello - Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP  
Angélica Cristina Bezerra – Universidade do Estado do Rio de Janeiro - CEDERJ/UERJ*

**Pg. 11 - De fogueteiro a oficinairo (PIPAS): Um olhar pedagógico sobre o invisível no S.C.F.V.**

*Adriana Bernardino Marcelino – Universidade Federal Fluminense – UFF*

**Pg. 14 - FALE/SG: Promovendo espaço de resitência - Relato de experiência em uma oficina literária**

*Aline Benvinda Bastos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP  
Luciene Carvalho de Souza Silva - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP  
Mairce da Silva Araújo - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

**Pg. 19 - A prática da pedagogia social no centro de referência especializado de assistência social(CREAS): Educando o adolescente sob medida socioeducativa em meio aberto**

*Amanda Fialho Belga – Universidade Federal Fluminense – UFF  
Renan Saldanha Godoi – Universidade Federal Fluminense – UFF*

**Pg. 24 - Violência e fracasso escolar**

*Andrea Muzy Oliveira - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP  
Pâmela Esteves - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

**Pg. 26 - A pedagogia social e a cultura de paz: A formação de direitos humanos no combate contra violência**

*Amanda Fialho Belga – Universidade Federal Fluminense - UFF  
Angélica Cristina Bezerra - Universidade Federal Fluminense – UFF  
Monique Seabra Melo Oliveira - Universidade Federal Fluminense – UFF*

**Pg. 29 - O envelhe(ser): Um olhar compreensivo das práticas educativas sociais com idosos**

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

*Barbara Santana dos Santos de Santana – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES*

*Thaís Trevezani Frasson – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES*

**Pg. 31 - Pastoral da juventude do meio popular – PJMP: Um estudo sobre a pedagogia pastoral e suas interseções com a educação popular**

*Carlos César de Oliveira – Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

**Pg. 36 - Alfabetização sem cartilha: Caminhos para uma prática libertadora**

*Isabela Santiago Franca – Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

*Luiza Domingos Brito - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

*Jacqueline de Fátima dos Santos Moraes - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

*Mairce da Silva Araújo - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

**Pg. 41 - Teatro e humanização no currículo escolar**

*Jane Pires Lopes – Universidade Federal Fluminense – UFF*

**Pg. 43 - Bullying, suas consequências na vítima e o processo de judicialização da gestão escolar**

*Jenifer Barreto - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

*Pâmela Esteves - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

**Pg. 45 - FALE/SG: Aprendendo com imigrantes outros olhares para o mundo**

*Jennifer Schulze da silva - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

*Rhayane Alves Gomes - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

*Jacqueline de Fátima dos Santos Moraes - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

*Mairce da Silva Araújo - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

**Pg. 50 - Linguagens e(m) interação: A brincadeira de faz de conta na educação infantil**

*Júlia Abreu Machado - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

**Pg. 52 - Projeto Escola Sem Partido: Apontamentos iniciais de uma pesquisa**

*Karine Corrêa Nunes - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

*Jacqueline de Fátima dos Santos Moraes - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

**Pg. 56 - O que pode uma criança que ainda não se expressa verbalmente?**

*Larissa Barros - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

**Pg. 58 - A frequência escolar na educação infantil em uma escola municipal**

*Leila Dalva da Silva Mendes – Universidade Federal Fluminense – UFF*

**Pg. 63 - Experiências pedagógicas em saúde no curso de pós-graduação bilíngue/DESU: Uma perspectiva em construção**

*Liria Cruz Veneno de Carvalho – Centro Universitário Unicarioca – UNICARIOCA*

**Pg. 66 - “ABAYOMI - Encontro precioso”: Um projeto a serviço da educação étnico racial**

*Lucileia de Souza Baptista – Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ*

*Adriano Oliveira Santos – Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ*

**Pg. 69 - Peru-Brasil: Rompendo fronteiras através de cartas**

*Maria Clara Rodrigues Fortes - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

*Thaís Coutinho de Barros Coelho - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

*Jacqueline de Fátima dos Santos Moraes - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

*Mairce da Silva Araújo - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP*

**Pg. 74 - Educação não formal: O protagonismo de mulheres jovens negras no Youtube**

*Miriam Conceição Carvalho da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FEBF*

**Pg. 77 - Relações de identidade docente: A escola como espaço formativo**

*Mônica Ramos da Costa Macedo – Universidade Federal Fluminense*

*Sabrina Guedes de Oliveira – Centro Universitário Unicarioca – UNICARIOCA*

**Pg. 80 - Por entre convivência e diferença nas trajetórias formativas da escola básica**

*Raquel Rosa Reis Monteiro - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ*

**Pg. 83 - Práticas agroecológicas no ensino fundamental: Relato de experiência com estudantes da periferia de Angra dos Reis**

*Rogério Lourenço de Lima – Universidade Federal Fluminense - UFF/IEAR*

## CONVIVER TAMBÉM É EDUCAR... SEMPRE E EM TODO LUGAR!

*Arthur Vianna Ferreira*

Coordenador da Revista Caderno JENEPS

Presidente do Grupo Gestor da III Jornada de Educação Não Escolar e Pedagogia Social –  
(JENEPS – FFP/UERJ)

Conviver também é educar. A partir desta afirmação, entregamos a todos os interessados no estudo sobre as práticas socioeducativas e da construção do campo teórico da Pedagogia Social, os Anais da III Jornada de Educação Não Escolar e Pedagogia Social, acontecida na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, campus de São Gonçalo, nos dias 10 e 11 de dezembro de 2018.

Esse é um compêndio dos resumos expandidos dos trabalhos que foram apresentados, ao longo de dois dias de palestras, oficinas e trocas de experiência entre educadores sociais, professores universitários e graduandos de licenciaturas de faculdades da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Foram dois dias de intensa atividade e de esforço do Grupo de Estudos Fora da Sala de Aula que buscou promover o melhor diálogo possível entre as práticas acadêmicas e a realidade vivida por educadores sociais em seus campos de atuação com as camadas empobrecidas da sociedade brasileira.

Por isso, a Pedagogia da Convivência foi uma das principais temáticas dessa terceira Jornada. Postulada pelo educador social catalão Xesús Jares, esta teoria foi organizada ao longo de mais de 10 anos em suas práticas, em ambientes escolares ou não de Barcelona, buscando construir um arcabouço teórico e prático sobre a convivência necessária entre educadores sociais e educandos empobrecidos.

Assim, a partir da prática da convivência realizada nos espaços educacionais escolares – e não escolares, esse educador catalão pode compilar, em uma teoria específica, estratégias específicas para que os educadores pudessem organizar seus

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

conteúdos elementares e práticas relacionais que pudessem atingir o objetivo central da convivência na área da educação: a promoção da vivência democrática dos direitos humanos.

Para tanto, o autor de forma alguma se refutou a levar em consideração os conflitos intrínsecos às relações sociais. Na verdade, a sua novidade está em não tratar o conflito como impasse nas relações socioeducativas, mas como mais uma ferramenta pedagógica específica em que os indivíduos são convocados a interagirem para chegarem a conclusões que sejam produto de mediações, que atendam, pelo menos, as principais demandas dos diversos grupos. A este poder transformador da relação social existente na educação, esse educador denominou Educação pela Paz.

Dessa forma, a jornada foi a possibilidade dos participantes expressarem seus relatos de experiências e apresentarem as teorias que estão utilizando, em seus diversos espaços educativos – escolares e não escolares, que auxiliam na construção dessa Pedagogia da Convivência. Ou seja, de forma concreta, vamos construindo nossas próprias formas de convivência à luz da experiência desta teoria e vamos reafirmando as formas mais distintas de ser-saber-fazer em nossas práticas socioeducativas na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Esperamos que esses resumos expandidos sejam elementos motivadores de novas relações socioeducacionais nos diferentes ambientes educacionais. O desejo deste número do Caderno JENEPS é possibilitar a partilha de pesquisas na área da educação não escolar, suas relações com os ambientes formais de educação e as experiências realizadas pelos profissionais da educação que, nos seus cotidianos, ampliam o conceito de docência para além dos currículos e práticas organizadas pelas liturgias escolares.

Conviver é sempre educar, não importa o lugar. Que este número anual de resumos de pesquisas e experiências seja o sinal concreto dessa ação educacional em nossa realidade brasileira.

Boa leitura!

**A EDUCAÇÃO E AS REDES SOCIAIS: A (IN) VISIBILIDADE DA  
ANGÚSTIA E AS PRÁTICAS AUTOLESIVAS DE  
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE  
SOCIAL**

*Adilson da Silva Mello  
Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP*

*Angélica Cristina Bezerra  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – CEDERJ/UERJ*

No presente trabalho, o objetivo de analisar a prática automutiladora e suas imbricações no desenvolvimento humano de adolescentes e jovens, a partir de diferentes abordagens, que transpassam toda pesquisa apresentada.

A abordagem psicológica para conceituação da angústia, aspecto precursor da autolesão, as consequências da automutilação como sintoma social e emocional, as declarações de adolescentes e as causas apresentadas para justificação das ações agressivas contra o corpo e a atuação profissional dos Orientadores Educacionais que atuam em espaços educacionais que lidam com um público vulnerável quanto à saúde física e psíquica de adolescentes acometidos pela angústia. Para tanto, é primordial identificar as especificidades de cada atendimento sociopsicopedagógico e as possíveis trajetórias para salvaguardar a integridade destes sujeitos que colocam em risco suas vidas.

Nesta conjuntura, alguns atendimentos realizados na Associação Beneficente São Martinho (ABSM) tornam-se interessantes para análise de estudiosos de transtornos e autoflagelação já que o público atendido pela Organização Não Governamental (ONG) são crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, entre eles: indivíduos residentes em casas de acolhimento, moradores em situação de rua, famílias assoladas pelo empobrecimento extremo e que vivenciam contextos intensos de violência.

Há interesse em pensar a formação de professores para lidar com as questões, anteriormente expressas, e como as redes sociais são utilizadas para propagação deste fenômeno social contemporâneo.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

O intuito, após relatar os entraves vivenciados pelos profissionais que atuam com o público aqui analisado, é relatar sobre as ações realizadas pelo Governo Federal e a pouca veiculação da cartilha idealizada para prevenção e combate às práticas automutiladoras, mas sem preparar os profissionais dos espaços educativos para seu uso com efetividade seja junto aos adolescentes, à família e/ou à comunidade escolar.

As redes sociais são utilizadas como ferramenta de veiculação para disseminação de jogos e exposição das lesões auto-infligidas, contudo, também, pode ser um poderoso recurso utilizado pelos educadores, técnicos e especialistas que atuam no campo educacional, independentemente dos espaços educativos que atuem, sejam escolares ou fora dos muros da escola.

A pesquisa é constituída por quatro eixos de abordagem: invisibilidade social, a construção da subjetividade mediante a evolução da tecnologia e das redes sociais, automutilação e as propostas pedagógicas desenvolvidas para diminuição de tais sintomas sociais nos espaços educativos.

O eixo corresponde à inserção de caráter introdutório sobre o conceito de invisibilidade a partir da reflexão dos sociólogos Jessé Souza e Zygmunt Bauman. Já para clarificar as correlações entre a formação da subjetividade dos adolescentes, tecnologia e redes sociais há como suporte a pedagoga Miriam Grispun, a filósofa Marilena Chauí, entre outros autores que ajudam a clarificar as aparições nas redes sociais de casos de práticas autolesivas.

É tratada de forma sucinta os elementos aglutinadores, reforçadores e impulsionadores da dimensão psicológica dos adolescentes que se automutilam, para tanto os psicólogos José Cedaro e Josiana Nascimento expressam interessantes elementos para análise da cartilha com título “Vamos Conversar sobre a Prevenção da Automutilação?”. O Governo Federal, através da Comissão Parlamentar de Inquérito, conhecida como CPI dos Maus Tratos contra Crianças e Adolescentes cria o documento com intuito de colaborar com os responsáveis, os praticantes da autolesão e com os espaços educativos.

Há uma descrição de casos reais de automutilação na adolescência e sutis direcionamentos de como os profissionais podem agir diante de um caso prático de

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

adolescentes que se automutilam. De acordo com o que foi apresentado neste trabalho, procurou-se aprofundar o debate sobre o fenômeno da automutilação, as redes sociais, formação dos professores e os desafios de elaborar propostas pedagógicas mediante aos avanços e retrocessos do mundo globalizado.

A educação, calcada em moldes hegemônicos, acaba por requerer do educador: flexibilidade, polivalência, conhecimentos tecnológicos aprimorados, praticidade, que prepara para os papéis sociais a serem reproduzidos ao longo da vida. Tal dimensionamento, modelado pela reprodução social dominante, não indaga as condições sociais estruturais.

Desta forma, há pouco questionamento sobre quem se é e sobre os fatores que impactam na construção da subjetividade humana. O conceito de coletividade esvazia-se e os conflitos internos geram fatores angustiantes alicerçados em elementos que visam às benesses individuais. Sendo assim, o discernimento de valorização à vida como um aspecto imprescindível e contundente.

A educação como proposta contra hegemônica coloca-se contra os fundamentos da dominação social, pois se propõem a transformação e relacionar-se com o outro com legitimidade com valorização da história do sujeito. O entendimento dos conflitos a partir de uma nova perspectiva que reconhece as condicionantes estruturais neoliberais, mas ainda assim acredita que uma proposta pedagógica para além dos conteúdos é necessária.

Desta maneira, é possível uma proposta que se configure como instrumento de transformação. Para tanto, é preciso reconhecer a angústia do adolescente que se autoflagela como uma condição legítima, sem negligenciar suas dores e possibilitar através da educação a conscientização sobre sua identidade, cidadania, autonomia e valorização da vida para si e para o outro. É preciso assimilação dos aspectos que envolvem a formação docente, a indispensável instrumentalização para o desenvolvimento de práticas pedagógicas no tratamento dos casos de automutilação encontrados no espaço educativo.

Neste sentido, as redes sociais podem se configurar como uma ferramenta de preservação da saúde psíquica e se configurar como uma ferramenta pedagógica aos profissionais que atuam no campo educacional. Houve uma exemplificação, através de

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

iniciativas da criação de jogos virtuais disponibilizados nas redes sociais como o *Facebook* que foi intitulado como Baleia Rosa em contraponto ao jogo Baleia Azul que apresenta desafios para adolescentes e jovens que são levados para uma trajetória que objetiva a morte.

Para tanto, é essencial expor, através das redes sociais, a execução das atividades desempenhadas pelo participante. Entre elas, práticas de autoflagelação estão presentes – o que acaba por favorecer sua disseminação não apenas nas redes sociais, como também nos espaços educativos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Automutilação. Angústia. Redes Sociais. Formação Docente.

## DE FOGUETEIRO A OFICINEIRO (PIPAS): UM OLHAR PEDAGÓGICO SOBRE O INVISÍVEL NO S.C.F.V

*Adriana Bernardino Marcelino  
Universidade Federal Fluminense - UFF*

Este relato de experiência surgiu da observação de um determinado jovem que cumpria medida socioeducativa em um Centro de Referência da Assistência Social no interior do Rio de Janeiro, onde o mesmo passava suas manhãs no equipamento em total invisibilidade em um canto acuado e, sempre, de cabeça baixa e, ainda, que não conseguia cumprir a medida, pois sempre que podia se evadia do recinto com argumentos de que teria que fazer algo justamente no horário em que deveria estar no equipamento.

Quando ele era solicitado pra fazer alguma tarefa relacionada à limpeza, seu semblante modificava por completo, pois o mesmo ia com a intenção de não fazer nada e, pelo fato do setor ser pequeno e funcionar três programas sociais diferentes, o fluxo de pessoas que o conhecia era muito grande – o que lhe causava constrangimento.

Logo, na cabeça dele, as pessoas sabiam que ele estava ali por ter feito algo ruim e o fato de estar fazendo limpeza confirmava a desconfiança das pessoas. Ele não compreendeu que estar ali realizando tarefas de limpeza era uma oportunidade de ele estar aprendendo uma profissão digna, como as outras, e que seria uma forma de adquirir experiência para conseguir um trabalho ou, até mesmo, prestar um primeiro concurso público.

O jovem era muito calado e, raramente, olhava nos olhos das pessoas quando estava conversando. No início, entendi que, talvez, fosse uma forma dele se isolar, não dando muita abertura para dialogar e, assim, não dar intimidades para as pessoas. Mas, com o tempo, fui percebendo que ele não conversava, pois no ambiente que ele convivia fora do equipamento o silêncio era essencial, a atenção ao seu redor também.

Comecei indagar-me e a dividir minhas preocupações com relação a ele, pois se ele estava ali pra ser reinserido na sociedade isto deveria fazer sentido para ele, enxergar sua condição e ter o desejo de sair da mesma. Através de conversas com a coordenadora

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

e as técnicas, vi a possibilidade de estar inserindo ele no serviço de convivência para participar das atividades que eram realizadas no cotidiano do equipamento.

Mas, para que eu pudesse inseri-lo nas atividades o mesmo deveria estar de acordo em participar de maneira espontânea. Fui introduzindo pequenas conversas com ele, sempre chamando-o pelo nome e não pelo apelido, pois o mesmo possuía uma marca pejorativa por alguns funcionários e usuários que o identificava como o menino da medida socioeducativa. Isto, de certa forma, era uma maneira de mostrar para ele e para as pessoas que ele tinha um nome e possuía uma identidade – que deveria, portanto, ser respeitado pela pessoa que ele era e não ser apontado pelos erros que teria feito.

Assim, aos poucos, descobri que o jovem de dezessete anos estudou até a segunda série e tinha dificuldades pra ler e escrever, que soltava pipas e jogava bola no campinho no morro. Questionei sobre o porquê de ele não voltar a estudar, pois ele era novo e poderia dar continuidade aos estudos. O mesmo me disse que não poderia voltar a estudar, pois teria que frequentar a escola em território inimigo e era burro, que não aprendia nada e que não sabia fazer nada.

Respondi que todo mundo sabe fazer alguma coisa nesta vida e que ele, provavelmente, não estava lembrando-se do que ele sabia fazer. Foi quando ele me disse que fazia pipas quando era mais novo. Então, fiz uma proposta para que ele ensinasse às crianças do serviço de convivência a confeccionar pipas. Ele ficou assustado com a proposta, mas aceitou. Pedi que ele me falasse do que precisaria para fazer as pipas e fiquei surpresa em saber que, hoje, se utiliza varetas de fibras pra fazer as pipas e não mais de bambu. O material foi solicitado e aprovado para compra e, logo que chegou, foi separado para que pudéssemos fazer as oficinas com as crianças.

Conversei novamente com o jovem e ele demonstrou interesse em realizar as oficinas com as crianças, mostrei a ele todo o material que tinha sido comprado e combinei o dia e o horário para que ele pudesse realizar a atividade. No dia combinado, ele não apareceu e nem nos outros dias também.

Cheguei à conclusão de que ele teria se evadido novamente por algum motivo que eu não descobri e que desta vez seria mais difícil de fazer com que o mesmo retornasse para cumprir alguma medida socioeducativa ali no CRAS já que o mesmo completaria,

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

em breve, dezoito anos e seria tratado como adulto – e sua punição seria em restrição de liberdade, caso se envolvesse em algo ilegal.

O material da oficina foi guardado e o desejo de realizar e expandir as oficinas para os outros equipamentos também. No momento estou à espera de algum jovem que queira se dispor a ensinar, a querer mudar, sendo protagonista da sua própria história, saindo da exclusão social e sendo reinserido na sociedade como sujeito de direito e consciente de que temos livre arbítrio para fazer nossas escolhas e que, quando esta foge das regras de convivência, somos punidos por nossos erros. Mas, todos nós temos o direito de recomeçar, de se reinventar, de buscar um futuro melhor, mais justo e igualitário. Enfim, concluo este relato acreditando no melhor das pessoas e que a educação pode mudar a vida das pessoas, pois, como já dizia Paulo Freire: “Num país como o Brasil, manter a esperança viva e em si um ato revolucionário”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jovem. Medida Socioeducativa. Ressocialização.

**FALE/SG: PROMOVENDO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA –  
RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA OFICINA LITERÁRIA**

*Aline Benvinda Bastos*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

*Luciene Carvalho de Souza Silva*  
*Universidade Cidade de São Paulo – UNICID*

*Mairce da Silva Araújo*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

O presente trabalho é resultado de uma ação investigativo-formativa, que ocorre desde 2006, o Fórum de Alfabetização, Leitura e Escrita de São Gonçalo, FALE/SG. À frente dessa organização estão dois grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa Alfabetização, Leitura e Escrita (GPALE) e o Grupo Alfabetização, Memória e Formação de Professores (ALMEF), ambos articulados ao Vozes da Educação: memória(s), história(s) e formação de professores.

O FALE/SG acontece na Faculdade de Formação de Professores – UERJ, única instituição pública de nível superior na cidade de São Gonçalo. Localizada no leste metropolitano, é a segunda cidade mais populosa do estado do Rio de Janeiro, com uma considerável rede de escolas públicas e privadas, resultando grande demanda por formação docente, tanto inicial quanto continuada.

Os encontros realizados pelo FALE/SG seguem um formato de *mesa de conversa* composta por um/a professor/a da universidade, um/a professor/a da escola básica e um/a mediador/a. A composição é pensada a fim de produzir horizontalidade entre essas duas instâncias educativas: a universidade e a escola básica. Ambas são igualmente considerados pesquisadoras, na ideia de não dicotomizar ensino (em geral identificado como função da professora da escola básica) e pesquisa (comumente apontada como atividade da professora universitária).

Diante dos desafios que a profissão docente vive, como processos de desvalorização e descaso do poder público e da sociedade civil, o FALE/SG busca ser um espaço no qual os/as profissionais da educação se tornam protagonistas.

Assim, neste coletivo, compartilhamos práticas pedagógicas mais

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

progressistas. Frente a esta contextualização, sinalizamos que este trabalho compartilha as ações provocadas a partir do 36º FALE.

Tal encontro, que teve as professoras Alessandra Abreu (Escola Municipal Maestro Heitor Vila Lobos), Jacqueline Moraes e Mairce Araújo (UERJ/FFP) na composição da mesa de conversas, gerou uma série de questionamentos, dentre os quais destacamos um deles para desenvolver o presente trabalho: Como a Literatura Infantil pode contribuir para pensarmos os tempos atuais?

Sendo a temática da literatura infantil um dos pontos desencadeadores do debate, alguns livros e autores/as de referência foram sendo trazidos ao diálogo. Começando pela história de Malala Yousafzai, a menina paquistanesa que enfrentou o Talibã e lutou em prol da educação. Sua história possui uma importância, não apenas para o mundo adulto, mas, em especial, para o mundo infantil. Essa história é muito importante para as crianças, porque revela o amor à escola e aos livros, a importância da família no apoio ao desenvolvimento das crianças, o poder transformador da educação.

Fazendo um diálogo entre a história de Malala e o contexto da literatura infantojuvenil como espaço de resistência, no Brasil, uma das professoras-coordenadoras da conversa, remeteu-se às contribuições de Ruth Rocha, especialmente, por suas obras terem sido parte do contexto da década de 1970/80, quando o Brasil atravessava uma ditadura civil-militar que durou 20 anos.

O livro “O rei que não sabia de nada”, da Ruth Rocha (1980), nos traz pistas do cenário político marcado pelo autoritarismo, eliminação dos direitos constitucionais, perseguição, tortura e prisão dos opositores e pela imposição da censura dos meios de comunicação.

Na referida obra, o rei é o responsável pelos problemas do reino e não tem a menor preocupação em saber o que seu povo sentia ou passava. O rei decide, então, substituir os serviços feitos pelos seres humanos por uma máquina. A partir dos diálogos, a história descreve a tensão dominante/dominado na qual se reafirma a posição autoritária do rei. O texto relaciona ficção e realidade: “Era uma vez um lugar muito longe daqui... Neste lugar tinha um rei, muito diferente dos reis que andam por aqui (...). Tudo muito diferente daqui.”.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

A discussão do livro de literatura infantojuvenil trazidas para o encontro do FALE/SG, nos convidava a pensar sobre a perspicácia de autores/as ao utilizar figuras de linguagens para fugir da Censura Oficial. A comparação que as palestrantes fizeram entre o momento vivido por artistas, intelectuais e escritores/as nas décadas 60-80 com o contexto atual do país, após o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016, que depôs uma Presidenta democraticamente eleita, não poderia ser mais pertinente.

O período de turbulência que vivenciamos, atualmente, em nosso contexto econômico-político-social, tem sido semelhante aos anos da ditadura militar. Contexto este em que crescem as tentativas de silenciamento, a partir de projetos como o da Escola sem Partido. Tal projeto, surgido em 2004, por iniciativa de Miguel Nagib, procurador do estado de São Paulo à época, vem se levantando contra o que chama de “práticas de doutrinação partidária e ideológica nas escolas”, acusando que, sob o pretexto de despertar a consciência crítica dos estudantes, os professores acabam deixando o processo educativo de lado e cerceando a liberdade do estudante em aprender.

Neste sentido, os apoiadores do projeto defendem a ideia de uma escola sem debates sobre gênero, sexualidade, política, movimento estudantil e o cerceamento à liberdade de expressão.

Algumas críticas elencadas sobre o projeto “Escola sem partido” (FRIGOTTO, 2017) vem apontando que o mesmo não tem como objeto evitar, nas escolas, possíveis conflitos entre professores/as e entre alunos/as no que tange a posturas que envolvem partidos políticos de esquerda e de direita, a questão central é muito mais radical no sentido de que exclui das escolas questões éticas, políticas e sociais para se transformar numa espécie de doutrinação dogmático e conteudístico sem crítica social.

Diferente do que postula a Escola sem Partido, acreditamos que a literatura tem um papel fundamental de difusão de conhecimentos, contribuindo para transformar leitores/as de livros em leitores de mundo.

A atual conjuntura nos exige que lutemos por um espaço formativo que venha problematizar as questões sociais e políticas, contribuindo na formação de sujeitos capazes de opinar, criticar e participar, ativamente, na construção de uma nova

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

sociedade. Os livros nos permitiram correlacionar os contextos brasileiros marcados pelo autoritarismo, perseguição, tortura e pela imposição da censura dos meios de comunicação.

O 36º FALE/SG nos possibilitou subsídios para que pudéssemos produzir em sala de aula uma oficina que contribuísse na construção de uma escola que venha formar leitores e leitoras críticos/as, partindo de uma literatura que represente espaços de resistência nos tempos atuais.

A referida oficina, intitulada “Projeto Malala, a menina que queria ir à escola”, realizou-se em uma escola municipal de São Gonçalo com uma turma do 1º ano do primeiro segmento. A atividade iniciou-se com a contação da história de Malala e produziu vários questionamentos sobre o direito de estudar. Em seguida, houve a produção do desenho da Malala. As crianças deixaram o espaço do rosto da menina em aberto para posicionarem o seu próprio rosto e se sentirem como a Malala. Por fim, os/as alunos/as deram a ideia de escrever uma carta para Malala pedindo que fosse visitá-los.



Figura 1 – Oficina



Figura 2 – Produção das crianças

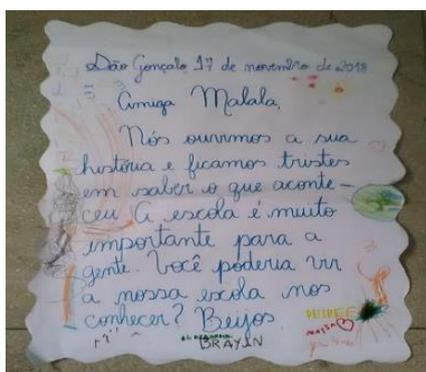


Figura 3 – Carta produzida pelas crianças.

As experiências compartilhadas no FALE/SG, reveladoras de práticas

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

alfabetizadoras contra-hegemônicas, apontaram a fertilidade das contribuições de uma literatura infantil engajada na construção de respostas para questões éticas, políticas e sociais que atravessam a sociedade, na medida em que ajudam a transformar leitores e leitoras de livros em leitores de mundo.

O FALE/SG tem contribuído para gerar conhecimentos e novos posicionamentos sobre o processo de ensino-aprendizagem, incentivando e desafiando as professoras a praticarem uma ação alfabetizadora que legitime a voz, os desejos e a curiosidade dos/das alunos/as, incorporando a esse processo, diferentes lógicas e modos de aprender/ensinar das crianças.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura Infantil. Escola. Resistência.

**A PRÁTICA DA PEDAGOGIA SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS): EDUCANDO O ADOLESCENTE SOB MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO**

*Amanda Fialho Belga*  
*Universidade Federal Fluminense - UFF*

*Renan Saldanha Godoi*  
*Universidade Federal Fluminense – UFF*

Desde o ano de 2011, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é responsável pela oferta de serviço de proteção social aos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto.

O acompanhamento desses sujeitos pelo CREAS vai muito além de trabalhar a responsabilização da prática do ato infracional em si. Ele traz consigo vivências, histórias de vida que ocorrem em contextos de desigualdades socioeconômicas na maior parte dos casos.

O acompanhamento trata a invisibilidade social associada ao estigma de infrator. Portanto, o exercício da Pedagogia Social, no âmbito da medida socioeducativa, requer sensibilidade em cada etapa do processo e respeito aos aspectos culturais e familiares que envolvem cada um desses sujeitos no momento da Educação Social.

Como psicóloga e coordenadora do CREAS do município de Tanguá, este trabalho foi também construído a partir das observações cotidianas do serviço.

No Brasil, as crianças passaram a ser vistas como instrumento de intervenção estatal através de uma concepção higienista social. No século XVI, entre 1550 e 1553, foram criadas as Casas de Muchachos, mantidas pela coroa portuguesa, que abrigavam crianças indígenas cuja função era servirem de intérpretes para os Jesuítas na propagação do Cristianismo.

Entre os séculos XVIII e XX, a Roda dos Expostos, que teve origem na Europa Medieval, e aqui eram sediadas nas Santas Casas de Misericórdia, constituía-se como um sistema que garantia o anonimato dos genitores da criança com o intuito de motivar sua

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

entrega à Roda, em lugar de abandoná-la em qualquer outro lugar. Não havia, entretanto, uma efetiva preocupação com a criança.

O sistema servia para “preservar a reputação” da classe burguesa, visto que essas crianças, em sua maioria, eram bastardas ou enjeitadas.

A Abolição da Escravatura, em 1888, provocou a circulação de crianças pelas ruas mendigando por comida e moradia, tornando visível o estado de miserabilidade em que se encontravam, expondo brutalmente a desigualdade de classes. Para solucionar o cenário de mendicância infantil, o Código Penal da República, aprovado em 1890, interveio alterando o Código do Império no tocante à criminalização. A responsabilidade penal, sob a perspectiva subjetiva do “discernimento”, passou a vigorar sobre os sujeitos entre 9 e 14 anos, enquanto que os menores de 9 anos passaram a ser penalmente inimputáveis.

Em 12 de outubro de 1927, era promulgado o primeiro Código de Menores, através do decreto 17.943-A, também chamado de Código Mello Mattos, que consolidou as leis de assistência e proteção aos “menores”, especificamente as crianças na faixa de 0 a 18 anos.

Iniciou-se, dessa forma, o modelo “menorista”, em que o conceito de menor, na verdade, é justificado não apenas pela idade, mas para definir aqueles que se encontrava em situação irregular. Por situação irregular, compreendia-se a criança que não se encaixava no modelo tradicional de família do sistema vigente; a criança desprotegida, desinvestida, para a qual não se vislumbrava um futuro dentro dos padrões de produção de capital. Para a submissão da criança ao Código de Menores, bastava que ela estivesse na condição de “carente”, “abandonada”, “inadaptada”, ou “infratora”.

Não havia, portanto, um investimento pedagógico. Entendia-se por educação uma formação mínima que preparasse o “menor” para o trabalho. Só a partir de 1931 foi atribuída à educação a possibilidade de oportunidades de igualdade social.

O Segundo Código de Menores (Lei nº 6.697/79), ainda de caráter não preventivo, sustentou a doutrina jurídica da situação irregular do código anterior, considerando, na referida situação, os ditos “menores” privados de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória; vítimas de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; em perigo moral; privados de representação ou assistência

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; ou autores de infração penal. Em 1990, o Código de Menores de 1979 foi expressamente revogado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei nº 8.069/1990.

O termo “menor” caiu em desuso por seu caráter depreciativo e excludente. Em consonância com as disposições estabelecidas na recém-promulgada Constituição Federal de 1988, o ECA adquiriu a função preventiva, através da educação e passou a considerar a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Foi inovador no sentido de não produzir uma separação legislativa pautada nas desigualdades de classes. Nele, não importa o contexto social do adolescente.

A execução de medidas socioeducativas de meio aberto<sup>1</sup> foi regulamentada após a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Resolução nº 145, de 2004) e tipificada através da Resolução do CNAS nº 109/2009, que estabelece o Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS como unidade de oferta do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto.

Conforme a resolução 109/2009, o impacto social esperado na vida do adolescente em conflito com a Lei é o de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a redução da reincidência da prática do ato infracional, assim como a redução do ciclo da violência.

A prestação de serviços à comunidade tem importante função de convívio comunitário e educativo. Nesse processo não é só o adolescente em conflito com a lei que é socialmente trabalhado, também a comunidade em que ele está inserido vivencia a experiência de sua recepção e acompanhamento.

No processo educativo e socializador do adolescente em conflito com a lei faz-se necessário um olhar sobre sua singularidade. Cada jovem que chega ao CREAS, para o cumprimento de sua medida, traz consigo uma história única e uma reatividade própria, decorrente de sua subjetividade que precisa ser percebida e respeitada.

---

<sup>1</sup>Entende-se por medidas socioeducativas em meio aberto aquelas que permitem que o adolescente permaneça no seio familiar durante o seu cumprimento, preservando e fortalecendo seus vínculos familiares e comunitários. São elas: a Liberdade Assistida (LA) e a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), previstas no Art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

Quando o adolescente chega ao CREAS, encaminhado pela Vara de Infância e Juventude, para o início de sua medida em meio aberto, vem acompanhado pelo seu responsável. É comum observarmos neles a falta de comunicação verbal e, principalmente, a fuga do contato visual. Chama atenção como, majoritariamente, no primeiro contato, exibem uma postura curvada, com a cabeça baixa e são monossilábicos.

Nesse momento, os adultos responsáveis tornam-se seus porta-vozes.

A maioria dos adolescentes chega ao CREAS por progressão de Medida de Privação de Liberdade para a Medida em Meio Aberto. Eles são oriundos do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) onde estiveram internados. Portanto, chegam ao CREAS com comportamentos adquiridos nessa instituição.

Na maioria dos casos, vêm esperando uma recepção enrijecida, restritiva, com ausência de afetividade e de escuta. A relação educador-educando, nessa instituição anterior, varia conforme a concepção da equipe que primeiro recebeu o adolescente acerca do que é a socioeducação<sup>2</sup>. O que nos leva a constatar que não se formou uma concepção unívoca no sistema, mas várias concepções, muitas vezes divergentes, ocorrendo nos diferentes pontos de recepção e atendimento.

No CREAS, o adolescente ingresso ainda traz os temores impregnados pelo sistema em relação ao ato infracional. A equipe que o atende inicialmente procura desconstruir esse temor, levando-o a entender o porquê de ele ter praticado o ato. É difícil para esse adolescente entender o lugar que ocupa na estrutura social. Eles não conseguem compreender que o comportamento que os levou à apreensão é tipificado como análogo ao crime. Para eles o que fazem é quase natural, faz parte da cultura do meio em que vivem, é facilitado e há exemplos referenciais à sua volta.

Observa-se que os adolescentes se apresentam no CREAS muito vulneráveis por suas próprias histórias de vida, pela sociedade e pela privação temporária de suas liberdades. Os profissionais executores da medida são, em primeira instância, percebidos como inimigos, com desconfiança e até descrédito. Para vencer essa barreira inicial entre o profissional e o adolescente usuário do sistema, é preciso desconstruir a crença de que o CREAS é mais um dispositivo de despotismo e execução legal, colocando-o na sua

---

<sup>2</sup>Como “socioeducação”, adotamos o entendimento dado por Antônio Carlos Gomes da Costa (2006) que a sustenta como um processo de educação para a vida e para o convívio social.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

devida posição de acolhimento e lugar de palavra. Lugar para oferecer escuta que se dá por meio do comprometimento com as dores do outro.

Educar um adolescente em conflito com a Lei é, portanto, um ato de fé na humanidade. É a crença na libertação através da pedagogia, da troca de vivências, do falar e também do ouvir. O vínculo nunca se dará por vias impositivas, mas num diálogo que encontre algum ponto de interseção. Que seja alicerçado na empatia, no envolvimento social, na esperança e no amor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Adolescente. Pedagogia. Socioeducação.

## VIOLÊNCIA E FRACASSO ESCOLAR

*Andrea Muzy Oliveira*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

*Pâmela Esteves*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

As condições de convívio escolar em que estudantes das escolas da rede pública de educação do município de São Gonçalo, situadas em áreas de vulnerabilidade social, são submetidos, têm contribuído para elevação dos índices de evasão, indicando cenários de fracasso escolar.

Um ambiente social no envolvimento escolar violento pode contribuir para uma relação contraproducente no espaço escolar com alunos chamados “problemáticos”, analfabetos funcionais ou analfabetos e uma estrutura escolar deficiente. Os órgãos públicos de poder, que deveriam intervir e estruturar essas escolas, não têm facilidade de acesso a essa instituição por ser localizada numa área comandada pelo tráfico de drogas ou, simplesmente, se tornam desinteressados em investir em uma escola situada em uma comunidade de difícil acesso.

O descaso das instituições de poder em enviar suporte para esses alunos, como profissionais na área de educação e psicopedagogos, também tem contribuído para o alto índice de evasão escolar e de analfabetos funcionais. Devido ao problema em questão, esse projeto tem por finalidade discutir os casos de fracasso escolar dos alunos em escolas localizadas em comunidades violentas. São áreas ou bairros onde o tráfico cerceia o direito de ir e vir da população impedindo, até mesmo, o poder público de entrar. E, muitas dessas crianças e adolescentes, não encontrando o devido suporte nas escolas, são aliciadas pelo poder paralelo com falsas promessas de um futuro promissor, função devida à escola.

Um aluno que se vê em situação de fracasso escolar (repetindo vários anos seguidos), sem que encontre, no professor ou na escola, algum tipo de interesse ou suporte para intervir em seu caso, certamente terá mais motivos para evadir da instituição escolar.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

A escola precisa estar qualificada para auxiliar o aluno em sua individualidade e não apenas classificá-lo como anormal por não conseguir se adequar às normas da instituição. Mas, o problema, em si, não creio que seja, somente, o fato de responsabilizar a escola, o professor, a família, mas, a falta de suporte técnico ou especializado para esse aluno; que tem uma certa dificuldade, maior ou menor e que simplesmente é ignorado.

Em muitos casos, esse aluno é visto como um problema e, em alguns, ele realmente se torna um, que precisa ser extirpado, ao invés de solucionado. Normalmente, esse aluno é jogado de uma sala para outra e permanece naquele último período do ciclo, até que o sistema permita a exclusão ou expulsão do mesmo.

A situação se torna ainda mais complexa quando ampliamos o cenário e consideramos um outro importante fator que incide sobre esse aluno com dificuldade de aprendizagem que é a violência; tanto a sofrida contra ele, como o bullying, menosprezando esse aluno e colocando em evidência suas limitações em relação aos outros de sua classe ou idade; como a violência que ele pratica contra eles como forma de se sobressair e mascarar sua deficiência de desempenho ou de aprendizagem.

O desejo de se sobressair de alguma forma, de ser respeitado nem que seja pela intimidação como forma de imposição, de poder, pode levar o aluno em situação de fracasso escolar a cometer o bullying contra seus colegas de escola. A violência não pode ser o único meio que esse aluno encontra de subsistir ao fracasso escolar, nem em forma de bullying, nem se entregando a aliciadores do poder paralelo de sua comunidade negligenciada.

O educador deve ser um ativador do aprendizado desses alunos que apresentam dificuldades; e essa problemática deve ser enfrentada, juntamente, com toda a equipe escolar, famílias, Conselhos Tutelares e com a criação de políticas educacionais de combate a violência e ao fracasso escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência. Fracasso Escolar. Bullying.

**A PEDAGOGIA SOCIAL E A CULTURA DE PAZ: A FORMAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO COMBATE CONTRA VIOLÊNCIA**

*Amanda Fialho Belga*  
*Universidade Federal Fluminense – UFF*

*Angélica Cristina Bezerra*  
*Universidade Federal Fluminense - UFF*

*Monique Seabra Melo Oliveira*  
*Universidade Federal Fluminense - UFF*

O ser humano em sua complexidade possui vertentes nas esferas: biológicas, psicológicas e sociais. Os pais educam para integração não só em seu grupo familiar, mas também para sociedade.

A criança se distancia do grupo social conhecido para assumir outras relações com colegas da escola e professores. Ali, a autonomia é colocada como ponto crucial para seu desenvolvimento.

A escola é apresentada como lugar para legitimação de processos de ensino e aprendizagem que visa o pleno desenvolvimento dos seres humanos. O ambiente escolar possibilita enxergar o cenário com uma leitura de mundo fragmentado que valoriza conteúdos ao invés das relações humanas.

O currículo, como dimensionamento que contribuirá para garantia de direitos e exercício da cidadania, deve ir para além do olhar tecnicista que, a partir de uma concepção fragmentada dos conteúdos, retira o sentido e significado da aprendizagem de maneira efetiva.

A partir desta conjuntura, impossibilita visionar a temática da Cultura de Paz para resolução dos conflitos sem negar sua existência.

A tradição escolar de adotar práticas conservadoras, a culturalização escolar disciplinar que reforça a notoriedade da fragmentação dos saberes, a contrariedade dos discentes para abordagens pedagógicas interdisciplinares e o preconceito acadêmico quanto às ciências que estudam o campo do imaterial.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

A percepção das sinuosidades das formações acadêmicas dos docentes possibilita o entendimento de como a escola torna-se um ambiente sem sentido e significado para os estudantes. A oposição de efetividade de projetos pedagógicos interdisciplinares, junto aos professores que discutam os temas transversais, é uma circunstância recorrente no sistema de ensino, principalmente nas instituições públicas.

Quando não é a rejeição de propostas, é recorrente a dificuldade da formação dos profissionais atuantes, seja dentro dos muros escolares ou fora deles. Infelizmente, a interdisciplinaridade na construção de práticas pedagógicas, ainda é uma quimera. Uma triste realidade que apresenta os últimos suspiros em ações isoladas, naturalmente não legitimadas pelo planejamento pedagógico.

Os Direitos Humanos, que teve sua proclamação pela assembleia geral em 10 de dezembro de 1948, é um instrumento importantíssimo para reconhecimento da igualdade entre os homens, ou seja, a lei é para toda pessoa humana. O grande questionamento é que apesar do seu surgimento, são poucos os cidadãos que conhecem de forma efetiva seu conteúdo e a utilizam como ferramenta para legitimação da cidadania.

A falta de apropriação dos instrumentos legais citados gera a consolidação de uma prática que muito se distancia do ideal e do necessário ao combate da violência, desigualdade social, o desrespeito à diversidade cultural, as diferenças étnicas e de gênero. Atualmente, a rede escolar de ensino tem como objetivo apresentar o conteúdo dos DH e a prevenção de todas as formas de violência, através de temas transversais, direcionamento encontrada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Apesar do art. 26º, § 9º da LDBEN/96, ter clareza quanto às determinações ainda há um distanciamento da temática com o currículo escolar e os conteúdos apresentados em sala de aula.

A Pedagogia Social possibilita outro tipo de olhar, pois, justamente busca validação de atividades para tessitura em rede com atendimento aos vitimados pela violência.

O Pedagogo Social vê na violência uma possibilidade de atuação que resulta no combate através de propostas sociopedagógicas que promovem a discussão dos conflitos,

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

através da Cultura de Paz. O ponto crucial é que as propostas não desconsideram os aspectos biopsicossociais inerentes aos indivíduos.

A Pedagogia Social mune seus pesquisadores de dimensionamentos que valorizam o sujeito, antes de privilegiar um conteúdo de maneira fria e cartesiana. A realidade encontrada no território que as crianças e os adolescentes estão inseridos, a constituição familiar, elementos sociais e entre outros, é de extrema relevância para compreensão dos Direitos Humanos. Pois, é a partir do entendimento circunstancial vivenciado pelos sujeitos que possibilita o aprofundamento da tônica apresentada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos Humanos. Cultura de Paz. Violência. Interdisciplinaridade.

## O ENVELHE(SER): UM OLHAR COMPREENSIVO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS SOCIAIS COM IDOSOS

*Barbara Santana dos Santos de Santana  
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES*

*Thais Trevezani Frasson  
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES*

Esta produção é o relato de uma experiência de quatro observações/participações no Centro de Convivência para a Terceira Idade (CCTI) de Maria Ortiz - Vitória/ES. O estudo tinha como objetivo compreender as contribuições das políticas públicas praticadas pelo CCTI de Maria Ortiz no processo educativo dos idosos que ali frequentam, bem como a importância deste espaço na garantia de seus direitos.

Compreendemos que a Educação Social, como formadora de sujeitos críticos, é presente nesse espaço e tanto os educadores sociais quanto os educandos/colaboradores percebem que o trabalho realizado é social. Os educadores sociais em parceria com o CCTI e com os idosos visam, sempre, proporcionar a compreensão dos direitos e assegurá-los a esses sujeitos, como está previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que integra a rede de serviços da Proteção Social Básica do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em Vitória.

Os educadores sociais são profissionais formados em Artes, Análise de sistemas, Pedagogia, Serviço social, Psicologia, Terapia ocupacional e Educação física. Os educadores se consideram educadores sociais, onde trabalham com processos educativos que possibilitam o desenvolvimento de conscientização dos sujeitos e buscam gerar possíveis transformações sociais, onde são capazes de compreender a existência do ser idoso, a importância das práticas educativas e colocam-se no lugar do idoso ao tomar decisões. E os educandos são idosos moradores da região de Maria Ortiz e proximidades, com idade igual e/ou superior a 60 anos.

No CCTI são oferecidas algumas práticas educativas e os idosos optam por fazer entre duas a três modalidades distintas (sob acompanhamento médico), sendo

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

elas: ginástica, alongamento, ioga, teatro, dança, coral, congo, informática, artes, letramento, terapia ocupacional e grupos de convivência.

As observações das práticas educativas no Centro para terceira idade foram propostas na disciplina de “Práticas Educativas em Espaços Não Escolares”, da Universidade Federal do Espírito Santo, para a turma do segundo período de Licenciatura em Pedagogia, no segundo semestre do ano de 2018, ministrada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jacyara Silva de Paiva, totalizando doze horas de observação.

O artigo adota como referencial teórico os estudos de Freire (1987 e 2003), de Doll (2009), de pesquisadores que tratam da temática ou aproximam-se e, ainda, retoma a função do “intelectual orgânico” delineada por Gramsci, visto que não são idosos, mas estão muito engajados com a causa e buscam, sempre, ter um olhar compreensivo com os idosos. Nosso objetivo com este trabalho é a compreensão do vivido, do experienciado pelos sujeitos que participam do CCTI de Maria Ortiz.

Inspirado na pesquisa fenomenológica existencial, envolvendo os idosos do CCTI, educadores e funcionários do espaço, estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Espírito Santo e profissionais especializados. A pesquisa é participativa, onde os sujeitos e pesquisadores participaram das atividades com a intenção de buscar experienciar e compreender as práticas como Educação Social e não apenas como entretenimento, como é visto muitas vezes pelo senso comum. As práticas foram observadas nos meses de outubro e novembro de 2018 e os dados foram produzidos com os sujeitos/colaboradores.

E, para nunca concluir, ressaltamos que a escola não é o único ambiente onde há educação e que existem vários tipos de educações e concordamos com Brandão (2007), quando afirma que “Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante.” (p. 9).

**PALAVRAS-CHAVE:** CCTI - Maria Ortiz. Educação Social. Idosos.

**PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR – PJMP: UM ESTUDO SOBRE A PEDAGOGIA PASTORAL E SUAS INTERSEÇÕES COM A EDUCAÇÃO POPULAR**

*Carlos César de Oliveira*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

O presente estudo foi motivado por experiências formativas que vivenciei na Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, entre os anos de 1994 e 2004, por meio da participação em grupos de jovens da Igreja Católica, no interior do Ceará. É voltando-me para o contexto desta pastoral que busco analisar os seus processos formativos, na tentativa de compreender como eles se dão na atualidade, quais as suas contribuições para a formação da juventude do meio popular e, ainda, suas interseções da com a Educação Popular.

Por meio dele, proponho-me a estudar sobre a PJMP compreendendo-a como uma ação da Igreja voltada para as/os jovens das classes populares a fim de observar se a pedagogia praticada nos seus espaços formativos (encontros, congressos, assembleias, seminários, oficinas, rodas de conversa, entre outros) tem contribuído para a educação da juventude, tanto no contexto eclesial como no contexto social.

Pensando nisso, analisarei processos formativos realizados em espaços não escolares, partindo da seguinte problemática: Como se dão esses processos no âmbito da PJMP? De que modo contribuem para a formação da juventude oriunda do meio popular? Quais as interseções entre a pedagogia praticada pela PJMP e a educação popular de inspiração freireana?

As questões elencadas vêm suscitar alguns caminhos a serem percorridos ao longo da pesquisa, a começar pela revisão de literatura que, enquanto procedimento metodológico, vem possibilitando estabelecer diálogos com estudiosas/os do tema. Neste sentido, compreendo o diálogo como um “processo dialético-transformador” (ZITKOSKI, 2016, p. 117) e reconheço a literatura desenvolvida sobre a temática como um espaço de possibilidades e de aprendizado.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

Sobre a importância do diálogo no contexto da pesquisa, Freire (1987, p. 46) o aponta “como encontro dos “seres humanos”<sup>1</sup> para a tarefa comum de “saber agir”, por esse motivo a relação dialógica implica em humildade dos sujeitos, em abertura à contribuição dos outros, em uma relação de aprendizagem que se dá por meio da relação com o/a outro/a.

Partindo desse olhar, considero o diálogo suscitado pela revisão de literatura como uma etapa importante deste processo, principalmente, no sentido de problematizar a temática e de ampliar o referencial bibliográfico. O procedimento adotado consistiu em buscas no Portal de Periódicos e Catálogo de Teses da CAPES, no Scientific Electronic Library Online – SCIELO e no Google Acadêmico. Acrescento que em função da quantidade de produções não trabalhei com um período específico, até mesmo considerando que a Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP é recente, tendo o seu nascimento datado em 1978.

Os resultados obtidos foram 08 (oito) referências diretas e 48 (quarenta e oito) indiretas à temática deste estudo. Apesar de trabalhar com as referências diretas, é importante pontuar que as indiretas expressam, por meio dos elementos pré-textuais (introdução, dedicatória ou agradecimento), as experiências de jovens participantes ou egressos da PJMP e que, ao produzirem as suas pesquisas, de algum modo, fazem menção honrosa à mesma.

Ao mapeá-los por áreas do conhecimento, os resultados apresentados reforçaram a ideia do diálogo, defendida anteriormente, ao demonstrar caminhos possíveis para dialogar com outras/os autoras/es. Pensando assim, elenquei, apenas, os trabalhos realizados no campo da educação. Trabalhos estes desenvolvidos pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado) da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, conforme destaco a seguir.

TÍTULO	AUTOR
Juventude e cidadania na perspectiva da educação popular: contribuição e limites da PJMP na Arquidiocese da Paraíba	Isac Alexandre da Silva

---

<sup>1</sup> Grifo do autor.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

(1981-2006).	
Pastoral de Juventude do Meio Popular: práticas educativas e cidadania.	Francisco das Chagas Galvão de Lima

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2019).

Os estudos realizados por Lima (2012) e Silva (2010) apresentam dados históricos acerca da PJMP e da sua contribuição na formação da juventude. Os mesmos dialogam ao propor uma discussão sobre a cidadania dentro da pastoral, porém com uma análise voltada para ações realizadas na arquidiocese da Paraíba – PB (SILVA, 2010) e na Diocese de Guarabira – PB (LIMA, 2012), entre os anos de 1980-2006.

Assim, tomando como base os termos “Pastoral da Juventude do Meio Popular - PJMP, Processos Formativos e Educação Popular” retomo a problemática deste trabalho, ressaltando que o mesmo analisará ações formativas realizadas no contexto atual, a fim de identificar como estas ações vêm sendo desenvolvidas e qual a sua relação com a pedagogia libertadora, defendida no campo da Educação Popular.

Levando em consideração os objetivos propostos e os caminhos da pesquisa, optei por uma abordagem metodológica que leva em consideração as seguintes características: (BOGDAN e BIKLEN, 1994, Apud. TEIXEIRA, 2015, p.11): "a fonte dos dados é o ambiente natural", onde os dados são coletados por meio de anotações, áudio, vídeos, fotografias; "os dados recolhidos serão descritos" e "analisados de forma indutiva" sem o objetivo de confirmar hipóteses, visto que o "interesse maior está no processo e não no resultado”.

Pensando nessa dimensão da pesquisa, ao dialogar com Freire (1996) passei a compreender que, enquanto pesquisador, preciso reconhecer-me como sujeito “aprendente” e “inacabado”. Pensamento que é, também, sinalizado por Ludke e André (2017) ao distinguirem que a pesquisa se fundamenta no pressuposto de que o conhecimento não é algo acabado, mas uma construção que se faz e refaz constantemente.

Seguindo nessa mesma direção, Velho (1980) destaca que acredita ser proveitoso discutir algumas experiências pessoais que me levaram a refletir de forma sistemática sobre esses problemas. Sendo assim, ancorado no pensamento desses autores, o presente

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

trabalho seguirá uma metodologia que consiste em, por meio de uma experiência *in loco*, acompanhar 03 (três) eventos realizados pela PJMP em datas e locais distintos: o primeiro será um congresso, realizado entre os dias 09 e 13 de julho de 2018, em Goiânia – GO; o segundo, uma assembleia realizada entre os dias 15 e 18 de novembro de 2018, em Palmares – PE e, o último, um seminário realizado entre os dias 24 e 27 de janeiro de 2019, em Casa Nova – BA.

Conforme sinalizei, as etapas da pesquisa serão realizadas mediante a participação e observação dos espaços formativos realizados nesses eventos, onde serão coletadas as informações (anotações, vídeos, fotografias, relatórios). A escolha metodológica dialoga, ainda, com André (2007) ao lembrar que, nos últimos anos, têm havido uma grande valorização do olhar "de dentro"<sup>2</sup>, fazendo surgir muitos trabalhos em que se analisa a experiência do próprio pesquisador ou em que o pesquisador desenvolve a pesquisa em colaboração com os participantes.

Em suma, trata-se de um trabalho resultante da minha pesquisa de Mestrado que busca analisar experiências em educação não escolar, a partir de um olhar sobre os sujeitos – jovens dessa pastoral. Ele parte de uma discussão sobre o que é pastoral (LIBANIO, 1986), entendendo-a como uma forma de agir da/na Igreja cujo significado pode variar de acordo com a época ou momento histórico: conceito clássico (tradicional), moderno e libertador, sendo esta última concepção mais evidenciada, tendo em vista que é a partir dela que vai surgir em 1978 a Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, uma pastoral de juventude específica, comprometida com a libertação das/os jovens e sensível às questões sociais.

Diante disso, enquanto sujeito formado na ação dessa pastoral, proponho-me a lançar um olhar sobre esses processos formativos a fim de compreender como os mesmos têm se dado no contexto atual, ao mesmo tempo em que busco identificar a interseção entre eles e a Educação Popular.

---

<sup>2</sup> Grifo da autora.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

Para tanto, dialogarei com autores como Carrano (2005) e Camacho (2004) sobre Juventude, Brandão (2013) Freire (1987; 2018) Carrillo (2013), Gohn (2018), Streck (2009; 2013) e Tavares (2017) sobre a Educação Popular.

Ao final, espera-se que, além de problematizar essas ações formativas, se possa demonstrar o papel exercido por esses espaços não escolares para a formação da juventude e a/s sua/s contribuição/ões para o desenvolvimento de uma pedagogia libertadora.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, Processos Formativos, Educação Popular.

**ALFABETIZAÇÃO SEM CARTILHA: CAMINHOS PARA UMA PRÁTICA LIBERTADORA**

*Isabela Santiago Franca*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

*Luiza Domingos Brito*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

*Jacqueline de Fátima dos Santos Morais*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

*Mairce da Silva Araújo*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

O presente trabalho propõe-se a discutir os limites e as possibilidades de práticas alfabetizadoras sem o uso de cartilhas e/ou materiais didáticos tradicionais. Para tanto, recorreremos aos dados produzidos em nossa ação investigativa que tem como foco o 37º Fórum de Alfabetização, Leitura e Escrita de São Gonçalo (FALE/SG).

Articulados ao grupo de pesquisa "Vozes da Educação: memória(s), história(s) e formação de professores", o FALE/SG já realizou quarenta edições, no período de 2006 a 2018, sendo coordenado pelas Profª Drª Jacqueline Morais e Mairce Araújo.

O FALE/SG identifica-se com uma perspectiva freireana de alfabetização que tem como referência uma imbricação entre o texto e o contexto, a leitura de mundo e a leitura da palavra.

A retomada da infância distante, buscando a compreensão do meu ato de “ler” o mundo particular em que me movia – e até onde não sou traído pela memória –, me é absolutamente significativa. Neste esforço a que me vou entregando, re-crio, e re-vivo, no texto que escrevo, a experiência vivida no momento em que ainda não lia a palavra. (FREIRE, 1996, p.12).

O fórum busca abordar temáticas que, emergindo do cotidiano da escola, venham ao encontro das necessidades de compreensão e aprofundamento dos processos político-pedagógicos que acontecem na escola e no contexto social em que estamos inseridos.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

O FALE/SG é um espaço no qual professores e professoras, ou qualquer pessoa interessada na temática da alfabetização no cotidiano da escola, pode socializar suas vivências, colocar suas dúvidas e compartilhar suas experiências. Este Fórum, por uma decisão política e epistemológica, é um evento gratuito, realizado há onze anos, na única instituição pública de nível superior na cidade de São Gonçalo: a Faculdade de Formação de Professores, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ) – localizada no leste metropolitano. É a segunda cidade mais populosa do estado do Rio de Janeiro com uma população aproximada de 1.049.826 habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os encontros do FALE/SG acontecem em um formato de mesa de conversa. É composto por um/a professor/a da Universidade, um/a professor/a da escola básica e um mediador/a. Os temas das conversas versam em torno das políticas, estudos e práticas alfabetizadoras.

Buscamos, em cada Fórum realizado, valorizar o compartilhamento de experiências docentes e discentes – entendendo estas como um elemento potente para a compreensão das dificuldades e sucessos de suas práticas alfabetizadoras. Nestes eventos, os/as docentes se fazem ouvir, assim como também escutam acerca da experiência do outro.

O Fale/SG além de se constituir como uma atividade de extensão também se configura como uma ação investigativa nos auxiliando na compreensão do processo de formação dos educadores. Walter Benjamin é, para nós, um aporte teórico que nos ajuda a reafirmar a importância de espaços coletivos que permitam o compartilhamento de experiências, tanto nas escolas, quanto nas Universidades: “Percebemos que a narrativa da experiência é um diálogo no qual quem tem algo a dizer enriquece o outro e vice-versa. Nesta experiência dialógica o homem encontra a sua humanidade” (BENJAMIN, 1996, p. 222-232).

As narrativas compartilhadas, por meio de relatos do/as professores/as, surgem como uma alternativa para pensarmos os saberes que circulam cotidianamente nas escolas.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

Dentre esses saberes, temos destacado modelos educativos que, ao fugirem de uma metodologia conservadora e conteudista, ainda fortemente presente no ensino brasileiro, promovem a estimulação de uma aprendizagem mais crítica e transformadora. Como relata o professor Tiago Ribeiro:

Então se eu tivesse que definir escola como algum lugar, como alguma coisa, seria um espaço de viver, pensar e fazer coisas juntos. E a partir daí, desse contexto pensar então, do ponto de vista da educação, o que a gente está vivendo, fazendo e pensando juntos na escola.  
(Transcrição da fala de Tiago Ribeiro da Silva, professor do Instituto Nacional de Educação de Surdos, INES)

Assim, no 37º encontro do FALE/SG, que aconteceu no dia 08 de maio de 2018, tendo como tema a “Alfabeto e palavra-vida: pensar a leitura e a escrita em contexto de golpe”, foram compartilhadas experiências pedagógicas que confirmam a potência de um trabalho pedagógico que contribua para que o/a aluno/a, não somente, compreenda o mundo, mas que se comprometa com a sua transformação.



*Figura 1 - 37º FALE/SG.*

Tivemos também a Profª Cláudia Reis trazendo sua experiência de uma aula prática fora da sala de aula e o impacto desta atividade educativa na formação das crianças.

Nós fazemos um trabalho que é a “volta no quarteirão” que é para falar de geografia, e aí, logicamente, que eu não posso dar a volta no quarteirão sem olhar as coisas do quarteirão. E o Engenho Novo é podre; em termos de limpeza pública, é muito sujo e a gente foi tirando foto e sinalizando isso. O rio Cabuçu, que fica lá perto, é a podridão na forma de rio e as crianças ficaram incomodadas, e eu falei: Fica aqui sentindo o cheiro! Não vai embora não! Vamos sentir o cheiro do rio Cabuçu! Olha como isso é desagradável, imagina os animais que estavam aqui, por isso que eles morreram não aguentaram,

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

imagina quem mora aqui ribeirinho do rio Cabuçu? Vai sentir o cheiro!... E aí eles voltaram muito chateados com isso. E aí como é que a gente pode mudar isso? Não sei se a gente pode mudar, mas tem formas da gente pesquisar. Então, a gente criou uma carta de tamanho de papel 40 kg e mandamos para Fundação Rio-Águas, que eu devo dizer que até hoje não respondeu. A gente fez a nossa parte de educar na cidadania e não para a cidadania, educar na cidadania. Então, só para ilustrar, no lado esquerdo, eles expõem a ideia, o que acontece no rio Cabuçu e, do lado direito, eles dizem o que acham que pode ser feito. Então, Vitor diz que pode colocar câmeras de segurança para ver quem está jogando lixo no rio, o outro fulano diz que a gente pode pedir que a fundação faça uma obra no rio, o rio está quase lá em cima, já não tem água correndo, está entupido.

(transcrição da fala de Cláudia Reis dos Santos – professora do Colégio Pedro II)



*Figura 2 - Professora Cláudia compartilhando sua experiência.*

A fala da professora, presente no encontro, nos mostra uma prática alfabetizadora segundo o que Freire afirma. Para o autor, a leitura do mundo é fundamental para a compreensão do ato de ler, de escrever ou reescrevê-lo, e transformá-lo numa prática consciente. Pois, ler não se esgota na decodificação somente da palavra ou da linguagem escrita, “mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo” (FREIRE, p. 11).

As narrativas da professora Cláudia e do professor Tiago Ribeiro provocaram o público presente no encontro, a maioria deles professores/as da rede pública e estudantes do Curso Normal, da graduação e da pós-graduação a compartilharem suas experiências do cotidiano escolar e, assim, confirmando o FALE/SG como um espaço dialógico no qual a palavra circula.

Dessa forma, o Fórum de Alfabetização, Leitura e Escrita de São Gonçalo – FALE/SG, segue um caminho tecido em redes de diálogos. Colocando-se como um espaço que promove o encontro com o outro e consigo mesmo, com seus estranhamentos

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

e empatias, fazendo com que esse/a professor/a se reconheça como protagonista, como personagem principal de sua voz e investigador de sua própria prática.

Por isso, para que possamos compreender a vivência dos professores/as e suas práticas nas escolas, cremos que a melhor forma é disponibilizando os espaços para que eles possam ser narradores do próprio trabalho, conferindo a valorização devida aos profissionais de educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alfabetização; Cartilha; Pedagogia.

## TEATRO E HUMANIZAÇÃO NO CURRÍCULO ESCOLAR

*Jane Pires Lopes  
Universidade Federal Fluminense - UFF*

O teatro, como humanização no currículo escolar, contribui com o trabalho perante a Pedagogia Social pelo qual se deve partir de um novo enfoque metodológico, garantindo maior mobilidade no *fazer-ser*. O Teatro na educação é um espaço a ser conquistado nas escolas, para promover a aprendizagem e a promoção de valores sociais.

A importância de inserir esta atividade na escola, na época atual, exige um recriar a atingir uma prática pedagógica que propicie um ator social, livre, crítico, criativo e responsável pela criação de seu próprio mundo, oportunizando ao educando um conhecimento diversificado e lúdico.

Este trabalho está dividido em quatro (04) capítulos. O primeiro capítulo intitulado, *A importância do teatro na educação como humanização*. O segundo capítulo, nos mostra *A importância do teatro no currículo escolar*. O terceiro capítulo, *Os jogos teatrais relacionados à vida e aos conteúdos escolares*. O quarto capítulo, *A Pedagogia Social e os jogos teatrais para qualquer fase da vida, uma pesquisa de campo*.

Onde, Augusto Boal (2017) colabora com os jogos teatrais que auxiliam nas formações sociais, conscientizando as massas e a formação de lideranças; Izabel Galvão (2002) fala de Wallon, quando nos traz o assunto das emoções; Olga Reverbel (1997) nos mostra a criança que se desenvolve e se modifica ao encarar o mundo; Paulo Freire (2014) defendendo uma pedagogia na ética, no respeito, na dignidade, na autonomia; Peter Slade (1998) traz o sentimento da realidade para experiências; Hector Gonzales (1990) apresenta o jogo para consciência de si mesmo; José Gimeno Sacristán (2000) destaca a importância do currículo e Gelta Xavier (2015) que discute sobre as novas práticas no currículo.

Para Augusto Cury (2004), romper o medo e a dominação é necessário para reagirmos na vida diante dos desafios. Precisamos aprender a ler, também, a língua da emoção. E, assim, fugir do estado acorrentado, do aprisionamento, que nós mesmos

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

criamos. Jose C. Rodrigues (2006) colabora, para esta discussão, trazendo o mal estar criado pela insatisfação, pois o ter sobrepõe o ser – onde o corpo passa ser de forma mais social que individual. Leonardo Alonso (2018) apresenta reflexões acerca dos direitos de crianças, adolescentes e jovens no Estado Democrático de Direito e, por fim, Margareth M. Araújo (2015) sinaliza o olhar diante da Pedagogia Social que precisa ser amplo e com responsabilidades, em cada situação, de cada ser humano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jogo Dramático. Humanização. Ator social.

## **BULLYING, SUAS CONSEQUÊNCIAS NA VÍTIMA E O PROCESSO DE JUDICIALIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR**

*Jenifer Barreto*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

*Pâmela Esteves*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

A pesquisa inicia seu desenvolvimento a partir do bullying nas escolas do município de São Gonçalo-RJ e busca investigar possíveis práticas judicializadoras relacionadas aos casos. A partir dessa proposta, direcionamos nossa análise para três problemáticas das quais nos chamaram mais atenção, sendo elas: O acontecimento do bullying e as mais abrangentes formas de reação da vítima como consequência desse processo; A forma na qual a instituição decide se posicionar diante de possíveis casos de agressão e as estratégias ineficientes adotadas pela gestão escolar; e, Os casos de violência que chegam à escola, mas não aconteceram dentro do espaço escolar.

No primeiro ponto destacado, abordamos as consequências que o bullying, enquanto uma violência escolar, provoca nas vítimas, como situações de baixa autoestima, fracasso escolar, evasão e problemas psicológicos. Em um segundo momento, apontamos para as dificuldades que a escola encontra em mediar esses conflitos e estabelecer estratégias de administração. Por fim, no terceiro ponto, destacamos que a violência, ainda que não aconteça no espaço escolar, é levada à escola como relato de um aluno, mas que, por não ser um problema pertencente à escola, é ignorado.

Como exemplo, podemos sinalizar quando a criança que sofre abusos, dentro da sua própria casa, e vê, em sua professora, uma figura de segurança, a educadora que leva o caso para a direção e, por não identificar como uma adversidade proveniente da instituição e/ou receio das consequências, a mesma não judicializa o caso.

Iniciamos esse projeto com o objetivo de entender os motivos que levam um aluno a praticar o bullying, as consequências de tais atos na vida da vítima e as formas de posicionamento de uma gestão escolar.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

A partir desse primeiro passo, passamos não só a ter como foco essa percepção, mas, também, a busca por soluções para problemas que rodeiam a grande maioria das instituições de ensino e os indivíduos que a compõem.

Acreditamos que o resultado de tal trabalho é de tamanha importância para o aprimoramento de uma escola e do desenvolvimento de jovens melhores e mais capacitados para lidar com o próximo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência. Gestão Escolar. Bullying.

**FALE/SG: APRENDENDO COM IMIGRANTES OUTROS  
OLHARES PARA O MUNDO**

*Jennifer Schulze da Silva*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

*Rhayane Alves Gomes*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

*Jacqueline de Fátima dos Santos Moraes*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

*Mairce da Silva Araújo*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

Este trabalho discute as contribuições do Fórum de Alfabetização, Leitura e Escrita de São Gonçalo – FALE/SG – para o fortalecimento de perspectivas mais criativas e amplas de alfabetização. Para tanto, trazemos a socialização de um de nossos Fóruns. Nele, organizamos mesas compostas por um/uma docente da universidade, um/uma da educação básica e um/a mediador/a. Tal opção metodológica tem como objetivo fortalecer o diálogo entre os sujeitos, apostando que, cada um que lá está, pode ser chamado de professor/a pesquisador/a.

O evento acontece desde 2006, sendo organizado por dois grupos de pesquisa: “Grupo de Pesquisa Alfabetização, Leitura e Escrita” (GPAL) e “Grupo de Pesquisa Alfabetização, Memória e Formação de Professores” (ALMEF). Cada grupo é composto por graduandos/as, mestrandos/as<sup>1</sup>, professores/as da escola básica e da Faculdade de Formação de Professores.

Sensibilizados/as pelos grandes deslocamentos humanos que vêm ocorrendo no presente século e, em busca de pensar a repercussão de tais deslocamentos na escola e no processo de alfabetização, elegemos no 39º FALE/SG, realizado no dia 16 de Outubro de 2018, o tema: "Alfabetização e cotidiano escolar: chegaram os imigrantes, o que fazer?". Debates sobre a chegada dos imigrantes no Brasil e como isso tem repercutido nas instituições educativas.

---

<sup>1</sup> Os/as mestrandos/as são oriundos do “Programa de Pós-Graduação em Educação: processos formativos e desigualdades sociais”, sendo orientandos/as e ex-orientandos/as das coordenadoras dos referidos grupos, Jacqueline Moraes e Mairce Araújo, que são docentes do Programa.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

Neste trabalho socializaremos algumas experiências trazidas pela mesa. Uma delas foi a narrativa de como ocorreu a recepção de refugiados haitianos que chegaram à Cuiabá, feita por Antônio Borromeu, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/IFMT. Também foi narrada a recepção dos refugiados congolenses no Rio de Janeiro, feita pelas professoras Cledir Ribeiro e Lais Quirino, docentes do CIEP Anita Garibaldi, em São Gonçalo.



**Fig:** Imagem do 39º FALE/SG reveladora do interesse sobre o tema.  
**Fonte:** Arquivo do FALE/SG.

As professoras do referido CIEP contaram suas experiências com os imigrantes vindos do Congo. Falaram sobre as dificuldades que tiveram e como começaram a trabalhar visando à inclusão das crianças trazidas por suas famílias.

Um dos pontos marcantes, nas falas das professoras Cledir e Laís, foi sobre a preocupação da escola em não folclorizar os hábitos culturais das crianças congolenses, suas formas de se comunicarem entre si e com as crianças brasileiras. Elas destacaram todo o esforço das docentes e da escola para incluir essas crianças na rotina escolar.

O esforço da inclusão levou a escola ao estudo da origem das crianças imigrantes, o que levou a descoberta de que existe mais de um Congo: a República do Congo e a República Democrática do Congo.

Outro desafio foi como poderiam ter uma aproximação maior com as crianças, já que algumas eram mais fechadas e não narravam sobre seu país de origem, suas histórias ou sobre o processo de deslocamento. Assim, as professoras contam que ficaram atentas a cada pista trazida pelas crianças, especialmente, em suas falas. Esse foi um caminho para o que elas chamaram de processo de inclusão.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

Uma curiosidade narrada pelas professoras foi sobre como as famílias das crianças são participativas na escola. Nestes depoimentos, as professoras levantaram a hipótese de que um elemento de valorização da escola brasileira para esta comunidade é o fato de ser uma instituição pública e gratuita, tendo em vista que, segundo as professoras, a escola no Gongo é paga.

Antônio Borromeu, outro componente da mesa, destacou sua experiência com os imigrantes haitianos e como se deu essa inclusão na periferia de Cuiabá. Num primeiro momento, contou que, em função das demandas dos haitianos na cidade, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) propôs um Curso de Extensão com objetivo de ensinar a língua portuguesa.

A intensa rotatividade e a evasão dos/as alunos/as imigrantes, porém, levou a opção para transformação do Curso de Extensão em um Curso de Formação Continuada. Os/as docentes, integrantes deste curso, se propuseram a fazer uma grande campanha para a divulgação, mas, a princípio, o resultado foi frustrante. Foi quando se deram conta de que os cartazes que divulgavam o curso estavam escritos apenas em língua portuguesa. A partir da descoberta, providenciaram outros cartazes em diversos idiomas e o número de vagas que estava limitado a trinta e cinco, recebeu quase duzentos inscritos.

Desta forma, o IFMT se organizou para atender o maior número possível de solicitantes. Mesmo assim, algumas dificuldades continuaram. Uma delas era quando os imigrantes iam à coordenação para fazer alguma reclamação falando vários idiomas diferentes.

Antonio relatou, ainda, como foram organizadas as aulas que atendiam não só aos haitianos, mas, também, a outros imigrantes. As aulas foram divididas por módulos e, apesar de serem dadas em pouco tempo, os resultados foram bastante satisfatórios.

Ao término das falas dos convidados, a roda de conversa se ampliou para o público presente, que foi convidado a levantar perguntas, inquietações, compartilhar experiências relacionadas à discussão apresentada pela mesa.

Esse evento nos levou a pensar sobre os imigrantes que estão chegando no Brasil. Segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), o Brasil reconheceu até o final de 2017 um total de 10.145 refugiados de diversas

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

nacionalidades. Apesar dos números serem alto, esses imigrantes têm sofrido constantes ataques de grupos conservadores, que os/as veem como intrusos no país.

Assim, fomos desafiadas/os a nos questionar sobre como temos lidado, na escola, na universidade ou fora dela, com pessoas de culturas e regiões diversificadas. Compartilhando experiências de quem tem enfrentado, de dentro das instituições, o desafio de receber os/as imigrantes, a mesa nos ajudou a refletir sobre as dificuldades e as potencialidades que a convivência com imigrantes coloca aos projetos educativos. Quando determinada escola se propõe a receber alunos/as imigrantes, é necessário que haja uma preparação para que receba esses/as alunos/as de forma que a cultura que trazem não seja apagada pela cultura do país que os/as está recebendo.

Neste 39º FALE/SG, discutimos práticas pedagógicas freireanas que visavam uma educação autônoma e libertadora. A função social da escola é oferecer uma base de apoio, estimulando o senso crítico, tanto dos/as estudantes brasileiros/as, quanto dos/as imigrantes para que possam enfrentar e desconstruir que os preconceitos.

Neste sentido, o papel da escola e do/da professor/a, que lida com alunos/as refugiados/as e imigrantes, é essencial para contribuir na construção de uma cultura de respeito e solidariedade, que aponte para uma sociedade mais justa e humana.

Contudo, existe uma ala conservadora da própria sociedade, que não aceita imigrantes em seu país. Essa questão nos levanta reflexões acerca do conceito de pertencimento à nação.

Alguns autores clássicos, como Hobsbawm (1962), diziam que era necessário criar no povo um sentimento de lealdade ao país que nasceram, porque isso era uma maneira do sistema dirigente controlar a sociedade.

O sentimento de nacionalidade surge com a ideia de que as pessoas detêm os mesmos valores e morais por nascerem em um determinado país e os/as que chegam de outros lugares podem infringir a ordem da sociedade e causar transtornos aos civis daquele Estado-Nação. Com a modernização da sociedade, a violência física é substituída pela violência simbólica.

Com esse conceito, Hobsbawm (1962) nos ajuda a refletir que o Estado não pode violentar fisicamente os imigrantes que chegam ao país, mas pode criar no povo o sentimento que aqueles imigrantes não pertencem ao mesmo lugar que eles, fomentando

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

na sociedade civil a ideia de querer que os imigrantes não ocupem o mesmo espaço que eles e voltem ao seu país de origem.

As teorias mais aceitas pelos historiadores acerca do surgimento do homem no continente americano é a tese de que este surge a partir da migração que homens e mulheres africanos/as e asiáticos/as fizeram até as Américas. Alguns historiadores vão contra essa teoria e afirmam que a América contava com nações originárias, assim como a África e a Ásia.

Esta segunda teoria, conhecida como Autoctonismo, foi difundida pelo cientista argentino Florentino Ameghino, no final do século XIX e defende que o homem americano não migra e, sim, que o continente americano já possuía povos nativos. Contudo, essa teoria carece de dados materiais. O que se tem, hoje, é que os fósseis mais antigos encontrados na América são fósseis do *homo sapiens*. Estes dados, por estarem comprovados por fontes materiais, reforçam a teoria de que a América foi habitada por migrantes africanos e asiáticos.

Essas teorias de migração nos fazem questionar o porquê dos grupos não progressistas não reconhecerem os imigrantes como cidadãos de seu país. Se o conceito de migração, há trinta e cinco mil anos – idade dos primeiros homens existentes nas Américas, fosse visto como errado – como, hoje, a ala conservadora vê – nós não estaríamos aqui. Somos frutos de gerações de homens e mulheres que migram, que saem do lugar de origem e ocupam novos espaços. Por fim, o evento nos trouxe reflexões acerca da compreensão de que migrar é um direito e que a espécie humana é migrante desde o início da sua existência.

Nesse sentido, nenhum tipo de preconceito pode ser tolerado, especialmente, considerando as misturas de raças, etnias, religiões e culturas que constituem a humanidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imigrantes. Experiências. Preconceito.

## LINGUAGENS E(M) INTERAÇÃO: A BRINCADEIRA DE FAZ DE CONTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Júlia Abreu Machado*

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

No contexto da Educação Infantil, a linguagem como ato criativo, estético e comunicativo vem sendo limitada por rotinas inflexíveis, ambientes estáticos e atividades dirigidas que, quase sempre, são pensadas sob a ótica do adulto.

Há pouco espaço para se dizer, partilhar significados, expressar sentimentos e fazer escolhas, aspectos favorecidos pela brincadeira livre, em que a própria criança delinea suas ações, decidindo como e com quem brincar.

Este trabalho tem como objetivo analisar as possibilidades de interação das crianças e de suas linguagens na brincadeira de faz de conta. Para isso, traremos recortes de uma pesquisa em andamento, realizada com crianças de 2 e 5 anos em uma escola municipal de Niterói, na qual acompanhamos o cotidiano dos dois agrupamentos e planejamos oficinas que tinham como objetivo favorecer o brincar livre expressivo das crianças.

Os objetos selecionados e disponibilizados nas oficinas foram, em sua maioria, materiais não estruturados, como tecidos, potes e utensílios domésticos em diferentes tamanhos, cores e texturas. Enquanto para as crianças de 2 anos, esses objetos serviram, sobretudo, à exploração – em atividades de coleta, encaixe e construção, os mesmos objetos foram utilizados para representar signos pelas crianças de 5 anos, servindo para transformar objetos e a si mesmas dentro do jogo simbólico.

Assim, as crianças viraram heróis, noivos e até mesmo personagens de contos clássicos conhecidos por elas. Movimentos corporais, gestos e falas se misturavam na brincadeira, revelando conhecimentos das crianças sobre o mundo e o modo como ressignificam suas experiências.

Conforme Vigotski (2009), realidade e fantasia não se dissociam, mas se enriquecem e, quanto mais ricas forem nossas experiências, maiores nossas possibilidades de criação e imaginação. Sendo assim, destacamos o papel da Educação Infantil em

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

ampliar as possibilidades de experiência das crianças com a linguagem e com a cultura, criando condições que favoreçam o desenvolvimento da brincadeira de faz de conta na escola.

Neste trabalho, deslocamos nosso olhar para essa forma específica do brincar livre e, baseadas em Vigotski (2007, 2009), reafirmamos a importância da brincadeira no desenvolvimento da criança e tratamos a linguagem em sua dimensão comunicativa e simbólica, que se constrói na relação com os outros, mas que, também, é atravessada pela experiência singular de cada um, em um processo criativo de reelaboração e reinvenção dos signos.

Analisamos movimentos, gestos e falas das crianças que, combinados à brincadeira, enriquecem a produção de sentidos, a criatividade e a imaginação. Ainda, em diálogo com Guimarães (2011) e Corsino (2012), destacamos a importância do adulto como organizador dos tempos e espaços que favoreçam o jogo simbólico como momento de encontro de discursos e culturas, espaço de experimentar diferentes papéis sociais, viver a alteridade, expressar conhecimentos e reinventar a linguagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguagem. Livre expressão. Jogo simbólico.

## PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO: APONTAMENTOS INICIAIS DE UMA PESQUISA

*Karine Corrêa Nunes*

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

*Jacqueline de Fátima dos Santos Moraes*

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

O Projeto de lei *Escola sem Partido* (ES) tem sido uma pauta frequente no palco de discussão sobre os rumos da educação brasileira. Este projeto, pautado no pensamento político-ideológico conservador, tem causado polêmicas. Para entender melhor como funciona o *Movimento Escola sem Partido* e o perigo da disseminação desta iniciativa pelo Brasil, é importante conhecermos o contexto histórico, de como tudo começou e o que há por trás deste Movimento.

Sendo assim, o *Movimento Escola sem Partido* (ESP) surgiu, a partir do ano de 2004, pelo o advogado brasileiro Miguel Nagib. Segundo o próprio fundador do Movimento, a idealização do ESP iniciou-se a partir de uma situação vivida por sua filha, na escola, com um professor, que segundo o mesmo, a situação teria sido uma afronta aos princípios morais do seu cunho familiar.

Sendo assim, numa tentativa de buscar um maior apoio, o coordenador do Movimento criou uma associação na qual teria por objetivo denunciar e combater todo e qualquer tipo de “doutrinação” nas escolas, por alegar que os alunos poderiam estar sendo “Vítimas do assédio de grupos e correntes políticas e ideológicas com pretensões claramente hegemônicas [...]” (ESP, 2018).

O objetivo do ESP está implicado a combater a “doutrinação ideológica” que o Movimento alega acontecer nas escolas. Doutrinação que, segundo a iniciativa, coloca o professor como o “culpado” por induzir, doutrinar os alunos a adquirirem outros valores e diferentes das deles.

De acordo com alguns críticos ao ESP e como hipótese desta pesquisa, o ESP toma como finalidade dicotomizar a educação em suas funções, atribuindo a função da escola como instituição que instrui e à família como a única responsável pelo ato

educativo. O Movimento ESP, segundo alguns intelectuais e educadores, fere a própria Constituição Federal, de 1988, pois, a mesma regulamenta:

**Art. 205-** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Sendo assim, de acordo com a lei suprema do Brasil, o processo educativo não cabe somente ao papel da família, visto que a escola, como uma instituição, também é responsável pela educação dos indivíduos. A proposta do ESP busca reforçar, claramente, os conceitos de escolarização *versus* o conceito de educação.

Por sua vez, dentro de uma visão retrógrada sobre o sentido da escola e da educação, as ideias do ESP é um convite ao ápice da escolarização voltada para transmissão de conteúdos nas escolas, da aprendizagem insignificativa, do silenciamento nas salas de aula, da mercantilização do ensino, da expulsão do ensino crítico e ao retorno para os moldes da pedagogia tecnicista dentro da perspectiva da tendência tradicional.

O Movimento ESP, coordenado pelo o advogado Miguel Nagib, acabou ganhando proporção, culminando então em um projeto de lei, em 2014, a pedido do antigo deputado Estadual do Rio de Janeiro Flávio Bolsonaro, membro do Partido Social Cristão (PSC). Mais tarde, a ideia do projeto acabou se espalhando por outros estados do Brasil.

Alguns críticos à reformulação proposta pelo o ESP destaca sobre a forte onda conservadora que tomou conta do cenário político, principalmente agora com a candidatura do atual presidente Jair Bolsonaro. O Movimento que incita o combate à ideologia nas escolas, prezando pela neutralidade do professor na sala de aula cai em contradição, pois o que há por trás deste mesmo projeto é um caráter ideológico fundamentado em práticas conservadoras, na tentativa de excluir e silenciar as múltiplas visões de mundo que se tem, com o intuito de tornar uma sociedade mais homogênea e sonegar as diferenças existentes, ou seja, não há neutralidade nesta iniciativa.

O conservadorismo, a base ideológica do ESP, marca um período de retrocesso no campo da educação. Uma linha de pensamento possuinte de um caráter excludente e moralista. O perigo da disseminação do conservadorismo na trama escolar, e em outras tramas também, é a usurpação da visão de escola democrática e heterogênea.

Atualmente, o ESP preserva um site que expõe as ideias e as propostas do Movimento e, também, disponibiliza o mesmo espaço virtual para local de denúncias de pais e estudantes contra professores ditos “doutrinadores”. O ESP propicia e induz em seu projeto um ato de criminalização aos professores.

No próprio site do Movimento há uma plataforma específica chamada “Flagrando o Doutrinador” que mostra uma série de “pistas” alertando os pais e estudantes a ficarem atentos às possíveis doutrinações exercidas pelos professores.

Em meio à batalha entre os prós e contras da aprovação do projeto de lei do ESP, que surgiu em 2014, no dia 11 de dezembro de 2018, houve uma comissão especial dedicada à votação do ESP como lei. A comissão contou como presidente o deputado Marcos Rogério (DEM/RO) que, ao final da sessão, decidiu cancelar e arquivar a proposta, podendo, então, ser reiniciada a votação no ano de 2019.

No dia da comissão especial para a votação do projeto de lei ESP, houve uma ausência da parte dos membros que apoiam a iniciativa o que também acabou culminando no arquivamento do projeto de lei no ano de 2018. Marcos Rogério chegou a reclamar pela omissão de quórum no dia da comissão. Afirmando: “Quem está sepultando o projeto nesta legislatura, não é a oposição. Quem não está deliberando é quem tem maioria neste parlamento que não comparece”. E ainda completou: “A oposição merece o reconhecimento da comissão. Se pautou na obstrução e cumpriu aquilo que lhe é garantia regimental”<sup>1</sup>.

E por fim, a sessão dedicada à apuração da aprovação do projeto de lei ESP acabou sendo encerrada e rejeitada pela maioria dos que estavam presentes. Os opositores ao projeto de lei ESP ao término da sessão comemoraram com faixas, cartazes e gritos de vitória pela conquista de uma batalha contra o silenciamento e a censura deliberada pela iniciativa ESP em prol da liberdade de expressão e do ensino crítico nas escolas. Entretanto, mesmo o projeto ESP ainda não ter sido aprovado, as propostas desta iniciativa têm polarizado por todo país e interferindo na rotina de algumas escolas, principalmente, no trabalho dos professores.

A sala de aula, que antes deveria ser um lugar de diálogo entre professores e alunos, tornou-se, hoje, um espaço de medo e desconfiança entre os mesmos causado pela intenção do Movimento Escola sem Partido.

---

<sup>1</sup> **Fonte:** <https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2018-12-11/escola-sem-partido-e-arquivado.html>

A polarização da iniciativa ESP acabou privando professores/educadores a abordarem certos temas na sala de aula pelo medo das denúncias e repressão que poderiam ser feitas, como podemos ver no depoimento da estagiária Júlia, quando entrevistada, que atua em uma instituição privada:

“Ela disse olha só: que ela tem receio de trabalhar com a Sexualidade ‘pelas perguntas que poderiam surgir porque poderiam vir de conceitos pré-estabelecidos inculcados pela família. E essa família poderia enxergar esse novo conhecimento como uma afronta, ou incentivo ou desvio de conduta”.

Sendo assim, em vista a esta problemática atual no campo da educação brasileira, este trabalho, vinculado ao GPALE (*Grupo de Pesquisa Alfabetização, Leitura e Escrita – FFP-UERJ*), trata de discutir sobre os impactos que o Projeto de lei *Escola sem Partido* tem causado no campo da educação.

Esta pesquisa busca, por meio de levantamentos de noticiários e narrativas de professores, investigar, através de relatos, os tipos de temas em que educadores têm deixado de abordar ou intervir pelo medo de denúncias e repressão causadas pelas iniciativas do ESP. A metodologia desta pesquisa é exploratória, tendo como suporte de análise autores como Freire (1989), Frigotto (2016) e Penna (2017).

Sendo assim, espera-se, com este trabalho, apontar o perigo da disseminação do Projeto de lei *Escola sem Partido*, retratando as facetas deste projeto e expondo a visão retrógrada de escola que a iniciativa toma como proposta para os novos rumos da educação brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola sem Partido. Silenciamento. Conservadorismo.

## O QUE PODE UMA CRIANÇA QUE AINDA NÃO SE EXPRESSA VERBALMENTE?

*Larissa Barros*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

Já faz um tempo que venho me inquietando com algumas práticas pedagógicas em relação às crianças pequenas que não produzem a fala no cotidiano da creche. Para essa discussão, parto do lugar de estudante no sétimo período da graduação de Pedagogia (FFP/UERJ) que, atualmente, faz parte de um Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Linguagem, Infância e Formação (GLIFo).

O grupo tem parceria com uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI), no município de Niterói, e busca analisar a forma plural com que as manifestações infantis e suas linguagens aparecem no cotidiano escolar, pensando, também, na forma com que o adulto lida com as alteridades das crianças.

Este coletivo promove, mensalmente, oficinas de Livre Expressão com duas turmas, uma com crianças de 2 anos e outra turma com crianças de 5 anos e, após a realização das oficinas, há um espaço de formação com as professoras das turmas participantes.

As oficinas de Livre Expressão são espaços planejados com brinquedos não estruturados, cujo objetivo principal é que as crianças possam interagir, livremente, com aqueles brinquedos, o espaço e entre elas mesmas, sem a intervenção direta dos adultos, que participam apenas se a criança promover o convite para sua brincadeira ou em situações que indiquem perigo.

Além das oficinas de Livre Expressão, me encontro uma vez por semana com a turma de 2 anos, potencializando a pesquisa. Nesse incessante trabalho de produção com as crianças, reconhecendo-as como sujeito de seus desejos, ações e produtoras de cultura, uma situação que me inquietava já há alguns anos vem à tona: o que pode uma criança que não se expressa verbalmente? Instigada por essa questão, firmei-a como meu objeto de análise e pesquisa, com base na abordagem pikleriana e na perspectiva histórico-cultural.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

Durante as oficinas e os encontros com a turma de 2 anos, uma criança ganhou centralidade aos meus olhares. Gustavo é um menino que, nas oficinas, se interessava mais pelas brincadeiras individuais, porém, estava atento às brincadeiras dos colegas. Nos raros momentos de interação com um ou outro colega, Gustavo não utilizava a fala para se comunicar, entrando em cena sua linguagem corporal.

Mediante essa situação, sou atravessada pela seguinte questão: “Como eu, no lugar de professora, lido com uma criança que ainda não se expressa verbalmente nas series iniciais da Educação Infantil?”.

Nós, seres humanos, nos expressamos por uma infinidade de linguagens. E essa não é uma característica única dos adultos. Desde bebês, somos inseridos a um grupo social por intermédio da linguagem e expressividades. E, assim, quando bebês, sorrisos, balbucios e outras manifestações são socialmente aceitáveis. Mas, parece haver um fenômeno que acaba desqualificando a pluralidade de expressões perante a expressão verbal na chegada à Educação Infantil.

Talvez, esse fenômeno perpassa a necessidade socialmente construída baseada numa lógica que todos se desenvolvem no mesmo momento e, no caso, um espaço em que todas as crianças construam a expressão verbal até os seus 3 anos. Mesmo que alguns professores considerem que todos não aprendem ao mesmo tempo, se sentem desafiados em administrar questões com o diferente, quando, na verdade, a pluralidade deveria ser vista de forma natural.

Adultos-professores parecem entrar num módulo de desespero quando sua necessidade de que as crianças até 3 anos não construam sua expressividade verbal. E nesse jogo, outras expressões passam despercebidas ou desqualificadas por essa necessidade verbal com um marco temporal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crianças pequenas. Linguagem. Livre Expressão.

## A FREQUÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL

*Leila Dalva da Silva Mendes  
Universidade Federal Fluminense - UFF*

O presente trabalho tem como tema principal a frequência escolar na Educação Infantil em uma escola da rede municipal. Ela tem provocado indagações que demonstram, especialmente, o que envolve a família, por meio de políticas de cunho social e consciência de formação.

O objetivo desse trabalho é conhecer as situações que envolvem e atravessam o espaço escolar, constituindo de forma precisa o entendimento das relações que cercam a família e provocam tensões diretas ou indiretas que interferem na vida da criança. O envolvimento da família não basta somente para dar estabilidade no que diz respeito à frequência na Educação Infantil é importante, também, valorizar o aprendizado da criança e o seu desenvolvimento escolar.

Torna-se necessário pesquisar as políticas que contribuem para as relações que envolvem a frequência para identificar desafios e entender de que forma estas políticas atuam na educação. Desse modo, conhecemos histórias entendendo que os contextos das tensões desafiam e apontam a relação com a frequência na educação. Num segundo momento, apresento as políticas que participam desse processo e as condicionalidades que são partes essenciais para obtenção de direitos que contribuem na formação e transição dessa pesquisa.

Esta pesquisa surge de uma inquietação antiga, recorrente de uma série de acontecimentos que presenciei e que envolvem a relação entre a criança e a escola, partindo do pressuposto de que o direito à educação não deve ser privado. Nos caminhos para se chegar até ela, encontramos algumas vezes percalços que levam à impossibilidade de frequentá-la e esta é a minha dor. Sabemos que é considerável estabelecer uma conexão cordial com o aluno e com todos que a compõe. Esta condição não se dá somente pelo aluno e a escola, mas entre escola, família e aluno.

Assim, busco através desta pesquisa, convidar a você, leitor, a compreender e entender melhor esta realidade tão presente em nosso dia a dia.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

Segundo Burgos et al. (2014, p. 73), ao trazer a escola para a reflexão sobre a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, uma advertência preliminar se impõe, a de que a, assim chamada, “universalização do acesso” à escola não corresponde à universalização da escolarização. De fato, a infrequência e evasão contribuem para diminuição do desenvolvimento e capacidade de participação individual do aluno, fazendo valer as partes em que se apresentam entre decisões e omissões do próprio corpo docente.

#### O PROBLEMA DA INFREQUÊNCIA

A educação no Brasil tem se tornado alvo de intensos debates, envolvendo escola e comunidade na luta por igualdade de direito e, na busca por uma educação “igualitária” em favor de um discurso “igual” para todos, mesmo sabendo que esta democratização do ensino, ainda que possível, tem estado cada dia mais distante, sabemos que vivemos em sociedade de disputas onde perceber as diferenças é algo ainda muito difícil para a maioria da população. Ainda que as desigualdades estejam bem perto de nós, talvez, dentro do nosso próprio lar ou na casa ao lado, ela existe e faz questão de se apresentar.

A cara da fome não é bonita, ela é feia e dói. Eu como estudante e pesquisadora do cotidiano, tenho percebido coisas que, talvez, algumas pessoas não tenham percebido. Compreender o que nos cerca nem sempre é fácil, mas também o problema não se faz oculto, assim, devemos perceber que as complacências se fazem com a equidade. Entender que a fome interfere na ida até a escola ou mesmo em sua presença: se faz somente de corpo e não de alma.

O assunto sobre a infrequência me despertou um interesse maior no momento em que eu, como acadêmica, estagiária e participante do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), através de projetos sobre mediação escolar, ao passo que, entre vindas e idas do ambiente escolar, me inquietava, logo, me colocar no lugar do outro, trazendo, comigo, justificativas das faltas e seus questionamentos, algumas vezes incompreensíveis. O objetivo desse trabalho é investigar a frequência escolar na Educação Infantil que tanto tem me incomodado. É uma inquietação que tenho antes de ingressar na graduação e que aumentou, ainda mais, no início de minha trajetória acadêmica.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

A infrequência e a evasão escolar estão associadas a situações que apresentam, de forma combinada ou não, forte presença de fatores extracurriculares, tais como violência, conflito familiar, negligência, ausência de condições materiais, abandono, dependência química e trabalho infantil, programas sociais governamentais e outros fatores muitas vezes ocultos, mas intermináveis nas suas ações diárias.

#### **METODOLOGIA**

Apresentar o método de investigação que será trabalhado durante o desenvolvimento da minha pesquisa, tendo nessa perspectiva a pesquisa narrativa como método de pesquisa. Trata-se de pesquisa bibliográfica, de caráter teórico reflexivo a partir de observações da vida cotidiana, buscando novas formas de pensar a realidade que, às vezes passa despercebida. O objetivo é estabelecer uma relação entre a pessoa e o mundo, levando o outro a compreender de forma mais reflexiva o que antes era inquestionável.

Através da pesquisa narrativa é possível interpretar o meio e suas ações, através dos aspectos cultural e social onde, de maneira mais ampla, se constrói, gradativamente, argumentos importantes para desenvolver uma pesquisa voltada para identificação dos sujeitos.

Segundo Galvão (2005, 330) pesquisa é:

A narrativa como metodologia de investigação implica uma negociação de poder e representa de algum modo, uma intrusão pessoal na vida de outra pessoa. Não se trata de uma batalha pessoal, mas é um processo ontológico, porque nós somos pelo menos parcialmente construídos pelas histórias que contamos aos outros e a nós mesmos acerca das experiências que vamos tendo.

A pesquisa documental foi realizada através do acesso a documentos que puderam ser consultados durante o decorrer dessa pesquisa, tendo as informações disponibilizadas pela parte administrativa da escola. São apresentadas, neste capítulo, informações obtidas pela pesquisa documental e de campo. Lembrando que a pesquisa de campo envolve tanto o apoio administrativo quanto a relação dialógica, pois, ambas, são parte da construção e formação do sujeito, uma vez que, “a transitividade critica por outro lado, a que

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

chegaríamos com uma educação dialógica e ativa, voltada para responsabilidade social e política, se caracteriza pela profundidade na interpretação dos problemas” (Freire, 1967).

Portanto, tudo que se almeja, se faz pela iniciação do diálogo e da escuta. Ambos são necessários para obtenção da relação dialógica e ativa entre sujeitos.

#### A RELAÇÃO COM A FOME

Durante minha participação em uma pesquisa realizada em escola Municipal de Santo Antônio de Pádua/RJ, me deparei, novamente, como a questão da infrequência escolar, só que, agora, era entre alunos que precisam aprender a escrever o nome, os mesmos que com a dificuldade, também lutam contra sua relação com a fome.

E temos mais questionamentos. E como relata a professora sobre esta situação? Ela responde: “– não sei mais o que fazer com esse menino, falta aula que é uma beleza, mas, também, a mãe vive na rua e quando manda para escola vem assim desse jeito, sujo e sem material, na maioria das vezes. Acredito que ele só vem para comer, né?”.

O menino quieto, cabisbaixo e de olhos flutuantes silencia. E, num dado momento, é pego comendo giz de cera em baixo da mesa. Novamente a professora pergunta: “– Você não almoçou menino?” “Ele responde “balançando a cabeça de um lado para o outro:” – minha mãe não fez comida, não tinha”. A professora comenta: “– Daqui a pouco você vai merendar, pode deixar”. E comenta novamente “– Está vendo a situação? É isso aí: falta aula, a mãe nem aí, é difícil, muito difícil. É, por isso, que quando chega na hora da merenda, come mais de duas e se deixar até quatro vezes, acredito que só come aqui”, relata a professora.

Eu, durante a conversa, interrogo dizendo: “– Ele recebe algum benefício?”. Ela: “– Não. A mãe não trabalha, só arruma gente com problema, tem duas crianças que ficam o tempo todo na rua. Aí, já viu... Sem contar que o irmão mais velho é bem problemático, acho que toma até remédio. Acredito que a mãe dá remédio a esse aqui também, porque tem dias que não perturba muito, fica calmo até demais e não faz nada além de merendar, só vem para isso mesmo e, quanto ao dever, que leva para casa, volta sem fazer. Em outros, ela mesma faz ou o irmão, conheço pela letra e fico com pena, mas é complicado”.

#### CONCLUSÃO

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

O presente trabalho permitiu investigar algumas situações que envolvem e interferem na frequência escolar na Educação Infantil, dentro e fora dela. Um modo particular, trazendo as histórias vividas, através das narrativas e documentos que me foram apresentados de acordo com dados da escola. Sendo aqui representadas por diferentes relatos dentro de um mesmo histórico educacional.

Com isso, conclui-se que as inquietações sobre as relações que perpassam o ambiente escolar vão além de uma simples falta. Elas inquietam de modo a não estar intrinsecamente condicionada a somente um dado, mas entre situações e omissões que, de alguma forma, estabelecem uma desestruturação condicionada às necessidades da criança.

**PALAVRAS-CHAVE:** Infância; Frequência; Família; Políticas Sociais.

## EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS EM SAÚDE NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO BILÍNGUE/DESU: UMA PERSPECTIVA EM CONSTRUÇÃO

*Liria Cruz Veneno de Carvalho*  
*Centro Universitário Unicarioca - UNICARIOCA*

A metodologia utilizada no processo de ensino e aprendizagem revela-se na prática do professor e como este e os seus alunos utilizam os recursos de tecnologias digitais disponíveis. A existência das novas tecnologias na educação deve auxiliar no enriquecimento e aprimoramento do ambiente educacional, servindo como um apoio na construção e disseminação do conhecimento, através da atuação ativa dos alunos junto com os professores.

O presente trabalho tem como objetivo levar à reflexão sobre a prática educacional, atentando-se para as Estratégias Tecnológicas nas Práticas Pedagógicas em Saúde e as ferramentas digitais utilizadas em sala de aula, salientando as tecnologias digitais no processo da aprendizagem, apresentando uma avaliação sobre a finalidade do uso do computador na educação e reconhecer esta ferramenta como facilitadora e mediadora no ensino aliado à construção do conhecimento.

Este estudo trata-se de um relato de experiência observado, a partir de uma aula na disciplina “Experiências Pedagógicas” no curso de Pós Graduação “Educação de Surdos: Uma Perspectiva em Construção”.

No primeiro momento, com o objetivo de buscar a interação e trocar experiências com a turma, foi efetuada uma roda de conversa. Abordou-se o tema “A Dengue” e estratégias pedagógicas que podem facilitar e auxiliar da melhor maneira na transferência das informações e conhecimentos almejados, com ênfase no uso das Novas Tecnologias Digitais como ferramentas que podem ser utilizadas na educação na promoção da disseminação do conhecimento de maneira lúdica provocando-se o encantamento nos alunos da turma citada.

Na apresentação inicial, no Power Point, foram utilizados dois vídeos educativos sobre a temática abordada, o primeiro vídeo encontra-se no link:

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

<https://www.youtube.com/watch?v=im33PxE-mYU> e o segundo vídeo encontra-se no link: <https://www.youtube.com/watch?v=7g9Iwcf0Tj4>.

No segundo momento, os alunos foram direcionados para o laboratório de informática, onde foi ofertado nos computadores o jogo digital: “Dengue foco zero”, sendo fornecido o link para instalação pelo curso de Mestrado em Novas Tecnologias Digitais na Educação da Universidade Unicarioca. Neste jogo, os alunos precisam identificar e reconhecer os erros cometidos pela sociedade que facilitam a transmissão do vírus da dengue e tomar decisões para solucionar os problemas reconhecidos no jogo, sendo possível escolher cinco ações diferentes de acordo com o risco à dengue apresentado.

Os alunos, também, utilizaram óculos de realidade virtual tornando a aula dinâmica e interativa. Esta pesquisa provocou a estimulação do interesse dos alunos do curso de Pós-Graduação Bilíngue. Através da didática utilizada, houve um favorecimento da organização e otimização das relações de ensino e aprendizagem no curso sendo relatado pelos próprios alunos da turma, tanto os alunos ouvintes quanto os alunos surdos.

Nesse processo realizado, foi possível evidenciar a importância de o pedagogo obter uma formação ampliada de saberes que circundam a pedagogia, a educação, a saúde e a tecnologia digital. Neste campo de atuação, o exercício profissional do pedagogo estará envolvido por atividades que promovam a criação de um ambiente adequado para o processo de ensino-aprendizagem, pautado na mobilização e participação dos alunos no curso com entusiasmo em aprender o novo.

Com a difusão do conhecimento educativo e pedagógico pode-se gerar projetos e campanhas educativas em saúde na escola, universidade e comunidade com o intuito de promover uma mobilização com as informações educativas e informativas para a população utilizada na docência em cursos presenciais e a distância com o planejamento e avaliação de atividades formativas.

A escola quando permite que seus alunos usufruam, em seus espaços, dos meios tecnológicos digitais fora dos limites estipulados, possibilita a comunicação e o avanço da linguagem com o objetivo de promover melhoria do processo de ensino e aprendizado e estimular a criação livre.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

A evolução e o acesso às tecnologias digitais são primordiais na interação da comunicação e participação social dos surdos em atividades dando-lhes autonomia contribuindo na ampliação da cidadania da comunidade surda. A evolução na democratização do acesso às tecnologias digitais e a utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), são aspectos essenciais para a ampliação da autonomia social dos surdos.

Importante enfatizar que a tecnologia digital viabilizou a disseminação da LIBRAS, através da comunicação online dos surdos por celulares, aplicativos e jogos digitais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Surdez. Libras. Inclusão Social. Tecnologia Digital. Educação. Saúde.

**“ABAYOMI - ENCONTRO PRECIOSO”: UM PROJETO A SERVIÇO  
EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL**

*Lucileia de Souza Baptista*  
*Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ*

*Adriano Oliveira Santos*  
*Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ*

Diante de um mundo marcado por inúmeras contradições, ao longo da vida, somos, continuamente, coagidos a enfrentar barreiras que, para muitos, são invisíveis. Uma delas, para autora deste trabalho, foi o desafio de promover o empoderamento da própria filha, de sete anos de idade, ajudando-a compreender a diversidade e a combater os preconceitos vivenciados onde estudava, na qual era a única negra da turma.

Tal fato inspirou o *Projeto Abayomi – encontro precioso*. Um Projeto educacional para aplicação da Lei 10.639/2003 em escolas do Ensino Fundamental I, educação regular e especial, cujo intuito é enaltecer a valiosa participação da população negra na formação cultural, econômica, política e social do Brasil, a partir de oficinas artísticas das mais diversas linguagens.

*Abayomi – encontro precioso* tem proporcionado à autora, além de muita emoção, uma responsabilidade e fortalecimento em sua identidade e ancestralidade. Para que fossem incluídos, no currículo escolar, conteúdos e atividades relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em 09 de janeiro de 2003, entrou em vigor a Lei Federal 10.639, que alterou os artigos 26-A e 79-B, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, determinando a obrigatoriedade de estudos relacionados à temática acima, passando a vigorar com as algumas modificações<sup>1</sup>.

A lei reitera a importância da cultura africana na formação da nossa brasilidade. A partir da promulgação da referida lei, tornou-se obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afrodescendente em todos os níveis da educação básica, integrando

---

<sup>1</sup> BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

diferentes disciplinas no currículo escolar. Nesse sentido, vale ressaltar as palavras de alguns estudiosos sobre a questão de que aprender a história e a cultura brasileira é uma forma de apropriar-se das contribuições de outros povos também. (SOUZA, SOUZA e LOYOLA, 2007, p. 61).

Consideramos que racismo e desigualdade socioeconômica transitam paralelamente. Por isso, a escola brasileira tem que se haver com o processo histórico do racismo, com as práticas de discriminação racial, com o preconceito, com a constituição e propagação do mito da democracia racial e com a inculcação da ideologia do branqueamento.

E, com tudo isso, implica posicionar-se politicamente – e não só ideologicamente – contra processos excludentes. Implica construir novas práticas pedagógicas, novos materiais didáticos, abrir debates, estabelecer diálogo com a comunidade negra, com o movimento negro, com os grupos culturais de tradição africana.

Talvez, assim, possamos conhecer o que os negros pensam sobre a escola e, para isso, não há outra saída senão tomar o negro como sujeito e tentar compreender como ele pensa a educação e a cultura nos seus próprios termos e não a partir de impressões ou especulações alheias (GOMES, 2002).

Observa-se a fragilidade de dezenas de crianças, jovens e adultos vivendo em situações subumanas e de extrema vulnerabilidade, como o desemprego, a violência, a desigualdade social, a carência de recurso e de investimentos do Estado. Nessas comunidades, onde o problema das drogas se localiza com maior peso, marcadamente com a ausência de políticas educacionais e culturais que fixem as crianças nas escolas e fortaleçam os laços familiares e ausências de políticas públicas que tenham condições de enfrentar essa realidade.

Tal vivência leva-nos a enxergar elementos que, até então, limitavam-se à prática, despertando o desejo de aprofundamento pelas questões teóricas que pudessem colaborar para encontrar novas formas de aplicação da Lei Federal 10.639.

Para aprofundar-nos com os contos africanos, houve a necessidade de ingresso no curso de contação de histórias, de modo a integrar o *Grupo Ujima*. *Ujima* é um

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

movimento de Contadores de História Negra: Literatura Infanto-juvenil, cujo objetivo é de compartilhar narrativas negras, pela contação de histórias.

Acredita-se que, pela contação de histórias, é possível contribuir com o surgimento de novas práticas de leitura, auxiliando a formação de novos leitores e escritores comprometidos com a Representatividade, a Identidade e a Ancestralidade Negras.

Esse projeto é um convite ao aprendizado dos ensinamentos da tradição oral milenar, com a proposta de trazer ao público infanto-juvenil a oportunidade de experienciar o que acontece na história contada.

Pelas histórias, reencontramo-nos com ancestrais milenares, dignos de conhecimento. Por elas, contamos suas trajetórias de conquistas e derrotas, ilustrando com cantiga e versos o caminho por onde passaram, resgatando lembranças a partir de experiências que permitam meditar e promover sensações.

A contação de histórias tem grande importância no desenvolvimento infanto-juvenil, pois, além de ser um ato de carinho por parte do adulto, é um reconhecimento de que a criança pode aprender muito com as histórias, fábulas e contos de um modo lúdico e imaginário sobre o mundo real que a espera. A construção e a promoção de um “Encontro Precioso” com as heranças africanas, pelo resgate de sua história, promove aos alunos novos olhares sobre a identidade e as características étnicas dos afro-brasileiros, conseqüentemente, da sua própria história.

São muitos os desafios e, ainda que invisíveis, expressas pela resistência por parte das direções e do corpo docente dos espaços escolares quanto à aplicação da Lei 10.639. No entanto, *Abayomi – Encontro precioso* deseja ser uma, entre tantas outras, forma de ocupação desses espaços de educação, de modo que irradiem, a partir de seus sujeitos (professores, alunos, diretores e toda a comunidade escolar), respeito à diversidade étnico-racial, contribuindo para a valorização da cultura, da ancestralidade e da história africanas, os quais colaboraram na construção da nossa identidade, isto é, da identidade brasileira!

**PALAVRAS-CHAVE:** Abayomi. Lei Federal 10.639. Educação.

## PERU-BRASIL: ROMPENDO FRONTEIRAS ATRAVÉS DE CARTAS

*Maria Clara Rodrigues Fortes*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

*Thaís Coutinho de Barros Coelho*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

*Jacqueline de Fátima dos Santos Moraes*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

*Mairce da Silva Araújo*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FFP*

Este trabalho tem como objetivo socializar ações que integram um projeto de pesquisa constituído a partir do diálogo entre coletivos docentes de dois países da América Latina: Brasil e Peru.

Rede de Docentes que Estudam e Narram sobre Infância, Alfabetização, Leitura e Escrita (REDEALE) é o coletivo brasileiro que se reúne na Faculdade de Formação de Professores, da UERJ, em São Gonçalo, Rio de Janeiro. Tal coletivo foi criado a partir da participação no “VII Encuentro Iberoamericano de Coletivos e Redes de Maestros y Maestras que Hacen Investigacion e Innvación Desde Su Escuela y Comunidad” que ocorreu em Cajamarca, no Peru, em Julho de 2014.

Após esse encontro, dois professores peruanos, Sabino Abanto, coordenador, e Maria Isabel Gutiérrez Chaves, que compõem o coletivo docente “Red Desenredando Nudos”, que tem como sede a cidade de Cajamarca (uma província peruana), propuseram manter contato entre ambos os países – o que estimulou a criação do grupo REDEALE, em sua primeira reunião oficial em 28 de abril de 2015.

Como estratégia para manter a comunicação, criou-se uma rotina mensal de encontros via Skype, com duração de três horas. Desta forma, buscamos compartilhar experiências docentes, com o intuito de fortalecer a luta por uma escola popular emancipadora na América Latina, no qual os(as) professores(as) não sejam meros(as) repetidores/as de conteúdos e alunos(as) recipientes ou depósitos de informações. O diálogo entre as redes de coletivos docente constitui uma forma de resistência ao reafirmar os/as docentes como intelectuais, autores(as) e produtores de suas práticas.



**Figura 1:** Imagem de um encontro entre os dois coletivos via Skype (2018).  
**Acervo:** ALMEF.

Os encontros, realizados na Faculdade de Formação de Professores, contam com a presença de professores(as) de redes públicas de ensino e da universidade, graduandos/das, mestrandos/as e mestres<sup>1</sup>, que compartilham experiências escolares e de vida. Essa composição fundamenta-se no princípio Freireano (1979) de que "Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo". Precisamos de outros pensamentos, outras ideias, para trilhar caminhos mais amplos.

Um dos primeiros desdobramentos desses encontros foi a organização de uma expedição pedagógica ao Peru em 2016, com o propósito de fortalecer os laços com os/as docentes peruanos/as.

---

<sup>1</sup>Os mestrandos/as e mestres são oriundos do Programa de Pós-graduação em Educação: Processos Formativos e Desigualdades Sociais tendo em vista que a coordenação do REDEALE é feita por Jacqueline Moraes e Mairce Araújo, docentes do programa.



**Figura 2:** Encontro semanal realizado na UERJ/FFP.  
**Acervo:** ALMEF.

As experiências investigativo-formativas, vividas no REDEALE, já produziram a escrita de dois livros: um primeiro lançado em 2018, com o título “Brasil - Peru: experiências educativas a partir de uma expedição pedagógica” e o segundo, elaborado durante de o ano de 2018, tem lançamento previsto para 2019.

O primeiro livro, como o título anuncia, traz as reflexões e impressões de viagem dos/das participantes da expedição pedagógica de 2016, bem como, dois artigos publicados em parceria entre os dois coletivos docentes REDEALE e Red Desenredando Nudos.

Os textos que compõem o segundo livro, tratam de experiências narradas por estudantes e docentes, brasileiros(as) e peruanos(as) a partir das suas práticas cotidianas, que foram produzidas ao longo do ano de 2018.

Como parte do projeto de produção do livro, efetivou-se o que chamamos de leitura entre pares. Nela, cada coletivo recebeu e leu o conjunto de textos produzidos pelos docentes do país parceiro. Ler com atenção, buscando valorizar o texto produzido, mas, também, apontar detalhes que poderiam favorecer a compreensão são alguns dos objetivos da leitura entre pares. Ao todo, foram escritos doze textos brasileiros e dezesseis textos peruanos. A aposta na leitura entre pares envolvendo os dois países, que possuem idiomas diferentes, trouxe o desafio de compartilhar os diferentes sentidos produzidos a partir da leitura das narrativas.

*A escrita não é um produto escolar, mas sim um objeto cultural, resultado do esforço coletivo da humanidade. Como objeto cultural, a*

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

*escrita cumpre diversas funções de existência.* (FERREIRO, 1999, p. 47)

Em busca de um gênero textual que potencializasse a comunicação entre os(as) autores(as), tendo em vista as diferenças de idiomas (português e espanhol), surgiu, em nosso coletivo, a proposta de escrevermos correspondências aos professores(as) peruanos(as).

Entendemos que tal opção seria uma forma afetiva e carinhosa de ampliar o diálogo e a compreensão entre os(as) autores(as) dos dois países. Uma carta poderia favorecer o diálogo por permitir um estilo informal, no qual perguntar, sugerir, expor o sentido construído a partir da leitura, poderia acontecer de maneira mais leve, com uma escrita suave, ao mesmo tempo, sem perder o padrão que o próprio gênero textual apresenta. Tal escolha nos levou a outros desafios: como escrever uma carta? Como ser próximo de alguém que não conhecemos?

Algumas/Alguns de nós, especialmente os/as mais novos/as, nunca havia escrito uma carta antes. Começamos a conversar sobre nossas experiências pessoais com a escrita de cartas: estranhamentos diante do desafio de escrever para alguém que não conhecemos; a falta de experiência com a escrita de cartas; projetos em escolas que fazem uso da correspondência, dentre outras questões que surgiram. Mais que isso: conversávamos sobre as aprendizagens suscitadas em tais situações, sobre experiências que nos formam e transformam, sobre saberes que são colocados em circulação a partir de intercâmbios como aquele que estávamos vivendo.

A opção pela produção das cartas nos possibilitou evitar certo formato acadêmico mais impessoal, investindo numa proximidade maior que a correspondência poderia nos permitir. Escrever cartas, nesta perspectiva, pressupõe colocar-se nessa escrita.

Em uma carta sentimos a presença de quem escreve, a emoção com que relata, por mais que existam padrões, sentimos o outro que a escreveu. Ao produzir as correspondências para os(as) professores(as) peruanos(as), cada uma enviada por e-mail com um toque pessoal de seu(sua) autor(a), ficamos com a expectativa do impacto que causaria em quem recebeu.

Passaram-se alguns dias e o coletivo docente peruano entrou em contato por e-mail agradecendo as nossas cartas. Disse que esperavam um texto em forma de

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

relatório, no qual seriam apontados, apenas, erros e faltas. Contaram que foi uma surpresa quando receberam cartas, contendo apontamentos de forma carinhosa e sutil.

A ideia da correspondência como modo de compartilhar as impressões e avaliações dos textos lidos foi abraçada pelos/as docentes peruanos/as que nos enviaram respostas às nossas cartas.

Essa forma de diálogo aumentou a laço entre os países, garantindo maior proximidade, na certeza de que a troca com o outro é o que forma e transforma não importando o espaço geográfico, ou mesmo a diferença de idioma que, sempre, remete à diferença cultural.

O saber não tem barreiras e atravessa fronteiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Coletivo. Experiência. Carta.

## EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: O PROTAGONISMO DE MULHERES JOVENS NEGRAS NO YOUTUBE

*Miriam Conceição Carvalho da Silva*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/FEBF*

O referido trabalho é resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso que objetiva identificar como educação não formal a atuação de jovens negras que utilizam o *Youtube* para abordar assuntos sobre relações étnico-raciais.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, onde se buscou autores que dialogassem com os três eixos do trabalho: educação não formal, jovens negras e *Youtube*.

Como delimitação, foi conhecida a atuação de três jovens negras: Gabriela Oliveira, Sá Ollebar e Nátaly Neri. Elas possuem visibilidade expressiva na plataforma. O trabalho delas foi analisado e articulado às dimensões do conceito de educação não formal, da pesquisadora socióloga Maria da Glória Gohn, que atribui a essa modalidade educativa um caráter intencional, sociopolítico, cultural e pedagógico que resulta em aprendizagens que incidem na formação cidadã.

Para essa autora, a cidadania é entendida como emancipação do sujeito que se torna crítico e conhecedor do seu contexto histórico (GOHN, 2014). Também teve como estratégia analisar a recepção do público manifestada na plataforma sobre o conteúdo produzido pelas três jovens.

O conhecimento do trabalho desenvolvido por Gabriela O., Sá O. e Nátaly N. evidenciou a motivação delas para atuar no *Youtube*, cuja intenção é, principalmente, visibilizar assuntos que contribuam para a valorização das mulheres negras, além disso, compartilham saberes sobre temáticas que interferem na vivência da população negra, além de questões sociais de outros gêneros. Esse movimento ocorre num contexto onde, tanto no campo urbano como o virtual, há a mobilização de mulheres negras, seja individualmente ou organizadas coletivamente, que adotam uma “ação política feminista antirracista, que enriquece tanto a questão racial, como a questão de gênero

na sociedade brasileira”. (CARNEIRO, 2011, s.p.). Gabriela O., Sá O. e Nátaly N. representam esse movimento e usam o *Youtube* como espaço de fala para abordar temas que são pouco retratados pela mídia tradicional. Encontram nessa plataforma digital um espaço acessível, democrático, onde podem atuar por meio de suas convicções (LOPES, 2010).

Mediante a intencionalidade da atuação das três jovens, a condução dos temas retratados por elas mostra abordagem didática, uma estratégia no modo como os assuntos são desenvolvidos para gerar a compreensão/reflexão. Além disso, os temas que elas abordam estão presentes no cotidiano e mesclam com os fatores sociais, políticos, culturais que a sociedade vivencia, pois é, justamente, esse contexto que “alimenta” a retratação dos temas pelas jovens.

Para analisar a recepção positiva do público, adotou-se, como referência, o estudo do pesquisador mexicano Guillermo Orozco Gómez que estuda a relação entre TV, audiência e educação. Para este autor, ocorrem múltiplas mediações que interferem no processo de recepção do sujeito. Dentre as mediações considerações pelo autor em seu estudo, o trabalho teve como referência a mediação individual que agrega a mediação cognoscitiva e de referência, e a mediação cultural.

A primeira, cognoscitiva, diz respeito ao modo como o sujeito reelabora internamente o conteúdo apreendido, bem como a valorização e o sentido que dará a ele; a segunda, de referência, trata-se das identidades (gênero, raça, religiosa etc.) que o sujeito possui. A mediação cultural é referente ao interesse, percepção e entendimento durante a recepção (DORNELES, 2003).

A análise foi realizada sobre os comentários publicados em um vídeo de cada jovem<sup>1</sup>, de onde foram destacados alguns comentários de pessoas de raça e gênero distintos que demonstraram apreensão do conteúdo. Os relatos evidenciaram que as pessoas mesclaram com suas experiências de vida os saberes adquiridos por meio da

---

<sup>1</sup> Vídeo “Solidão da mulher negra” de Gabriela Oliveira; “Sobre corpo” de Nátaly Neri; “Genocídio da população negra”, de Sá Ollebar.

visualização do conteúdo produzido pelas três jovens.

E indicaram que a identidade de cada pessoa (raça e gênero) e seu contexto social e cultural contribuíram para a assimilação do conteúdo, manifestada pelas reflexões críticas que indicaram mudança de pensamento, comportamento, desconstrução de preconceitos e autoestima.

Logo, a comunicação e a interação das três jovens com o público possuem dimensão educativa, pois resulta em conscientização e aprendizagens significativas, constituindo-se como prática de educação não formal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jovens negras. Youtube. Educação Não Formal.

## RELAÇÕES DE IDENTIDADE DOCENTE: A ESCOLA COMO ESPAÇO FORMATIVO

*Mônica Ramos da Costa Macedo*  
*Universidade Federal Fluminense – UFF*

*Sabrina Guedes de Oliveira*  
*Centro Universitário Unicarioca - UNICARIOCA*

Esta comunicação teve a finalidade de discutir as relações de identidade docente, a partir do espaço escolar, como lugar formativo e de convivência das relevantes experiências profissionais que traduzem os nossos momentos, olhares e percepções referentes à nossa atuação como formadoras destes mesmos profissionais.

Trouxemos para o debate as con(vivências) do “lócus” da formação em serviço e sua relação com o “lócus” da atuação docente, a escola, espaço onde as práticas docentes aconteceram. Nosso objetivo foi traduzir as relações de identidade docente, a qualidade das formações em serviço – que são formações institucionais, através do nosso papel, da nossa atuação formadora.

Nóvoa, Placco, e Tardif foram alguns dos autores que balizaram a nossa discussão, que teve como metodologia a pesquisa bibliográfica e a análise do discurso, a partir de práticas de formação pedagógica. “A formação de professores pode desempenhar um papel importante na configuração de uma nova personalidade docente” (NÓVOA, 1995, p. 24).

O nosso estudo abordou a escola como o local das con(vivências) espaços de formação, suas instituições locais e os processos instituintes, de autoria e autoridade que acontecem. As tensões, os avanços e retrocessos que, cotidianamente, se sucedem.

O coordenador pedagógico tem papel fundamental na gestão dos processos escolares, sobretudo na formação de professores, e que o investimento na formação continuada dos docentes é um dos caminhos para a melhoria da qualidade da educação básica. (PLACCO, 2012, p. 1)

Esta pesquisa-formação-docência buscou analisar os movimentos de transformação individual e coletiva, a partir das experiências formativas tecidas na aproximação dialética entre prática, teoria e prática.

Foi um estudo que possibilitou a emergência de sujeitos que aprendem ao mesmo tempo em que ensinam e pesquisam, e pesquisam e ensinam enquanto aprendem. Há o estabelecimento entre a articulação da produção do saber científico e a produção do saber cotidiano.

O professor é um operário nato e essa identidade que o constitui permeou todas suas ações. O processo de formação continuada é um grande desafio para o formador e para o professor regente, diante deste processo, especialmente, quando falamos em qualidade, uma docência que precisa ser gestada, transformada em práticas de pesquisa. Que significados as práticas formadoras e estudo trazem para nós, formadoras, e o corpo docente? Esse movimento tensionador revela a construção de uma identidade profissional que se dá pela relação entre sujeitos.

O docente é mais do que voz e eco dos espaços instituintes e institucionalizados, é elemento produtor e transformador da cultura, da história e sociedade, enxergando para dentro de si que, muitas das vezes, é impositivo e não o leva a se autoafirmar como a gênese de diferentes saberes.

Se admitirmos que o movimento de profissionalização é, em grande parte, uma tentativa de renovar os fundamentos epistemológicos do ofício de professor, então devemos examinar seriamente a natureza desses fundamentos e extrair daí elementos que nos permitam entrar num processo reflexivo e crítico sobre nossas próprias práticas como formadores e como pesquisadores. (TARDIF, 1999, p. 4)

Todo esse movimento vai se processando a cada fazer e a cada momento em que o professor pára para pensar quais caminhos fez e quais caminhos ele precisa refazer. Desafiemo-nos a olhar estas mesmas práticas que, hoje, são visíveis, através dos nossos espaços de educação.

A discussão sobre a formação docente é uma temática que precisa ser inserida no campo das políticas públicas educacionais, trazendo uma reflexão que não pode se esgotar no “*locus*” da escola ou dos espaços institucionais formativos. Um momento de avaliação das propostas de formação, mas, principalmente, das concepções de educação, de

aprendizagem que estamos imbuídos e que se entrelaçam com as políticas públicas que nos encorpam e nos fazem refletir sobre a trajetória da educação carioca. Não esquecendo que, em boa parte dessas ações e políticas, somos os representantes e nos colocamos enquanto agentes dessa política.

É necessário que o professor compreenda a intrínseca relação entre teoria e prática, sua ação enquanto docente-pesquisador-formador. Uma tríade que revela a importância dessa identidade para a atualidade, mostrando o significado para a composição do perfil do professorado para este novo século, de maneira ontológica. Que raízes e saberes nos constituem enquanto artífice da prática pedagógica? Uma discussão que não se esgota nessa comunicação, mas traz elementos para discutirmos em sociedade os papéis e atribuições da educação brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade Docente. Espaço Formativo. Escola.

**POR ENTRE CONVIVÊNCIA E DIFERENÇA NAS TRAJETÓRIAS  
FORMATIVAS DA ESCOLA BÁSICA**

*Raquel Rosa Reis Monteiro*  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ*

O conjunto de reflexões que se ensaia neste trabalho emerge de experiências que compõe o movimento de produção de uma pesquisa, em amadurecimento, no curso de Mestrado em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, objetivando dar a ver – a partir das experiências cartografadas, no encontro com estudantes adolescentes na Sala de Recursos Multifuncionais em uma escola pública no município de São Gonçalo – outras possibilidades de estar juntos num espaço habitualmente narrado desde a falta ou incompletude, impossibilitando, na maioria das vezes, experiências essencialmente éticas nas relações de convivência com trajetórias singulares.

Colocamos em questão (não obstante sua importância para a escolarização dos sujeitos ditos com deficiência) como as políticas educativas, a saber: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) narra o outro através de discursos medicalizados e fortalecidos pela norma que produz efeitos dentro de uma política educativa afirmando a deficiência e produzindo normas nas formas de estar juntos no espaço da Sala de Recursos, tornando a inclusão possível apenas no sentido do direito jurídico, já que, a maioria dos encontros educativos se dá pela lógica do atendimento especializado.

Assim, a convivência opera a partir de formas tradicionais anunciadas pelos discursos jurídicos que nomeiam a alteridade desde a falta e fazem a relação educativa operar num sentido estritamente técnico. Damos, também, voz ao pensamento de Greco e Niscastro (2012) para compreender um modo singular de entender as relações de convivência entre trajetórias outras de existência na escola, refletindo que a relação com qualquer um pode ser entendida como travessias que são um caminho em constante construção que não se pode modelar, regular ou antecipar a sua totalidade: é produzido; não fabricado; não possuiu linearidades.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

O movimento de pensarmos as trajetórias educativas como um caminho em curso, em obra, imodelável, possibilita defendermos uma clara posição: as trajetórias de docentes, estudantes, sujeitos da educação não se explicam, apenas, por um caminho institucional ao longo do percurso produzido pelo sistema de ensino.

Para além de quem é o outro, o que tem, o que lhe falta ou, ainda, como aprende, a preocupação que deveria nos interrogar é qual o pensamento ético que liga você com o outro nas relações educativas? Seria possível elaborar outras formas de estar juntos nas relações que compõem as trajetórias, majoritariamente técnica, nas cenas escolares? Que outras possibilidades de convivência são possíveis num espaço normatizado pelos marcos institucionais e medicalizados nas relações educativas?

Entendemos que o lugar da educação é, em quaisquer espaços, um lugar para a convivência que não se pauta numa perspectiva única de relações prescritas ou harmônicas. Exatamente por isso, a convivência com o outro supõe, inclusive, tensões, estranhamentos, dúvidas (Skliar), mas, também, permite, ao estar junto com qualquer um, uma afetação recíproca, ou seja, ao estar junto com a diferença – a existência do outro, as experiências inesperadas, aquilo que nos passa – saboreamos possibilidades outras e reciprocamente afetamos e somos afetados, isto é, experienciamos alteridade nos afetos.

Afirmando as relações educativas numa dimensão ética que ganha forma na expressão estar juntos (Skliar), supomos que convivência também produz trajetórias formativas já que elas são imodeláveis e se produzem, exatamente, ao caminhar com outros, em travessias que dão passagem aos encontros com pessoas, encontros com conhecimentos, pensamentos, com gestos.

Apresentamos, assim, como contorno metodológico neste trabalho, a produção de encontros outros na Sala de Recursos Multifuncionais, encontros mediados por outras linguagens artísticas, musicais, poéticas narrando à convivência nas relações produzidas entre nós.

No processo de experiências e afetações, as trajetórias formativas vão se compondo desfazendo a idéia de que para estar juntos, primeiro é preciso conhecer o outro ou regular sua chegada por meio de normas ou diagnósticos. Para além de um direcionamento técnico ao encontro.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

Os resultados, ainda preliminares, apontam o quanto esse espaço público permite múltiplas experimentações num gesto ético de educar, não pautado na dimensão patológica ou simplista articulado a palavra convivência, mas na dimensão ética com a alteridade.

**PALAVRAS-CHAVE: Convivência. Trajetória. Diferença.**

## **PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ESTUDANTES DA PERIFERIA DE ANGRA DOS REIS**

*Rogério Lourenço de Lima  
Universidade Federal Fluminense – UFF/IEAR*

O presente trabalho busca apresentar, sob a modalidade de relato de experiência, o conjunto de práticas pedagógicas e reflexões teóricas em Agroecologia e Educação Ambiental que configuram o projeto **A contribuição da Permacultura no Ensino de Geografia: proposta para a Educação Ambiental em Angra dos Reis**<sup>1</sup> que tem o interesse de incorporar práticas sustentáveis de construção de Hortas Comunitárias e Sistemas Agroflorestais – SAFs no espaço escolar e não escolar associando a isto – inevitavelmente – discussões imbuídas de formação política sobre produção, segurança e soberania alimentar com estudantes da educação básica e comunidade escolar. Portanto, a perspectiva adotada parte da ideia de ação-reflexão-ação no direcionamento da transformação social do indivíduo e, por consequência, a emancipação da sociedade no que diz respeito à sua compreensão sobre os processos de produção alimentar, identificando de onde surgem e como são produzidos e sobre a qualidade dos alimentos que consumimos, promovendo participação democrática popular na gestão dessas ações. Esses são questionamentos e apontamentos introdutórios de nossas práticas agroecológicas no espaço escolar e não escolar.

A atividade em questão foi o passo experimental que deu início a jornada de existência do projeto. Isto se tornou possível em razão do sensível acolhimento, apoio e abertura por parte da equipe pedagógica da Escola Municipal Professora Cleusa Fortes de Pinho Jordão<sup>2</sup> construindo conosco diálogos sobre a proposta para desenvolvermos

---

<sup>1</sup> Projeto elaborado pelo autor deste trabalho em parceria com a Okupa Kasa Viva (<https://www.facebook.com/okupayresiste/>), formado por permacultores/as, praticantes da agroecologia e educadores/as ambientais da região, que visa atender demandas de novas leituras e metodologias acerca do debate socioambiental nos espaços escolares e não escolares. Contato da Okupa Kasa Viva – [okupakasaviva@gmail.com](mailto:okupakasaviva@gmail.com).

<sup>2</sup> Instituição pública municipal que atende crianças, jovens e adultos de Angra dos Reis. A unidade está localizada na periferia da cidade, no bairro Japuiba, muito próxima do principal hospital da região –

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

atividades com hortas comunitárias e sistemas agroflorestais com os estudantes do ensino fundamental desta instituição pública de educação.

O primeiro passo foi dado. Após reuniões<sup>3</sup> entre os atores que se voluntariaram fazer parte desse projeto, realizando uma série de estudos com referenciais<sup>4</sup> fundamentais que temos em mãos, as ideias foram sendo ajustadas e o primeiro encontro foi realizado com uma turma de sexto ano. Com um cenário descontraído, construímos, por meio de uma mística, uma forma alternativa de apresentação e aproximação para consolidar os próximos momentos que viveríamos juntos. Houve exposição de alguns elementos que contribuem para enriquecer o projeto e os encontros, como o debate sobre Cidadania, Justiça, Direitos, Educação Ambiental (EA), Agroecologia, Permacultura e Saberes Ambientais sobre os quais somos historicamente dotados enquanto ser humano. Os estudantes tiveram a oportunidade de falar sobre suas próprias experiências espaciais cotidianas e sobre seus projetos de vida. Pontuou-se como, após longa história humana, fomos perdendo nossos laços de respeito e harmonia com o meio ambiente, constituindo-se uma das nossas propostas de ação-reflexão restaurar essa relação entre homem e natureza.

A partir disto, como as ações ocorreram no âmbito do ensino de geografia, muito contribui, para enriquecer o debate, o pensamento de MOREIRA (2015) quando nos afirma que *“a geografia serve para desvendar máscaras sociais”*. Dessa forma, é possível compreender que a experiência empreendida por este projeto consiste, justamente, em oferecer aos estudantes da educação básica e à comunidade escolar uma gama de elementos para que construam sua própria visão de mundo sob uma perspectiva crítica e que, por meio de intensivo diálogo, troca de saberes e práticas de manejo da terra e produção de alimentos, seja possível um processo formativo que evidencie as contradições que existem na sociedade capitalista, potencializando a construção de espaços coletivos de participação democrática popular.

---

Hospital Geral da Japuiba (HGJ) – e está de frente à Rodovia Rio Santos, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo.

<sup>3</sup> Registradas em ATAS e diários.

<sup>4</sup> São referenciais fundamentais que muito contribuem para o enriquecimento teórico do projeto as obras: CARNEIRO (2015); LOUREIRO (2012); NERY (2018); GUIMARÃES (1995). O autor disponibiliza outros referenciais relevantes através do e-mail: [rogeriolourencolima@id.uff.br](mailto:rogeriolourencolima@id.uff.br)

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

É pertinente pontuar que, em face do evidente empobrecimento<sup>5</sup> do debate socioambiental no espaço escolar postulado pelo atual Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica, torna-se necessário um(a) professor(a) engajado(a) em construir espaços de esperança e resistência a partir das mais peculiares atividades pedagógicas e momentos de formação, atribuídas ou não de caráter curricular obrigatório. É urgente romper com a submissão aos mecanismos controladores do saber/fazer docente e discente, pois a nós, individual e coletivamente, é atribuído um universo de conhecimentos construídos cotidianamente na relação com o outro e com o mundo, mediados por símbolos, linguagens e formas de comunicação e que estão à espera do momento ideal para consolidarmos outras formas de ser e pensar no e sobre o mundo a fim de nos engajarmos em uma permanente reconstrução das nossas relações no espaço e no tempo. Portanto, vislumbrando driblar os mecanismos curriculares que podam a criatividade dos estudantes, vejamos o que Freire (2017) nos aponta com sua rica contribuição às nossas práticas e reflexões:

O educador que, ensinando Geografia, castra a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos, tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventura-se. (p 56)

É a partir da explanação dessa importante fala de nosso grande educador popular Paulo Freire que tecemos vários elementos que nos permitem não cair no reducionismo conteudista do debate socioambiental proposto pelo documento citado anteriormente. Nosso projeto é atravessado pela busca de uma nova práxis em EA para a cidade de Angra dos Reis, encontrando nas contradições desse sistema as ferramentas para o êxito social desses estudantes.

---

<sup>5</sup> **Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular: retrocessos e contradições e o apagamento do debate socioambiental**, autoria de Maria Carolina Pires de Andrade e Cláudia Lino Piccinini, pesquisadoras da COLEMARX, FE/UFRJ. Disponível no link: [http://epea.tmp.br/epea2017\\_anais/pdfs/plenary/0091.pdf](http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0091.pdf).

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

Pensando nisso, o campus da UFF no Retiro<sup>6</sup> foi o palco do nosso segundo encontro, em que a prática agroecológica de manejo da terra na horta comunitária permitiu aos estudantes novos olhares sobre formas distintas da paisagem que não existem no espaço escolar em questão, pois se observa um emparedamento que aniquila as possibilidades de contato dos estudantes com ambientes naturais. Portanto, refletindo sobre a função pedagógica e transformadora das práticas agroecológicas, vejamos a explanação feita por Francisco Caporal e outros autores:

Agroecologia propõe uma prática educativa baseada em metodologias participativas que permitam a reconstrução histórica das trajetórias de vida e dos modos de produção, de resistência e de reprodução, assim como o desvendamento das relações das comunidades com o seu meio ambiente. (CAPORAL et.al., 2006, p 15).

Dessa forma, é pertinente pontuar que a rica experiência aqui apresentada pretende contribuir como fonte de inspiração para a construção de movimentos similares em outros espaços e escalas, na perspectiva de que é necessária a adoção de uma educação ambiental crítica que promova a integração do homem com a natureza, rompendo com a lógica que procura fortalecer a equivocada ideia de que ambos estão desarticulados.

Agroecologia e a Permacultura constituem potencialidades para ampliarmos o debate socioambiental nos espaços escolares e não escolares – núcleos familiares, ruas, praças, em qualquer lugar – sob a justificativa de defender a preservação da vida dos seres do/no planeta, compreendendo que é de relevância extrema os princípios da observação e integração com os espaços naturais, sob a lógica de relações harmônicas e de respeito mútuo entre as pessoas e delas com a natureza para a construção de uma verdadeira ética ambiental e sustentável que promova a permanência da vida planetária.

Pensar essas ferramentas para o ensino de geografia é trabalhar na construção de outras metodologias e processos formativos, atuando no direcionamento de fortalecer laços, construir afetos objetivando alcançar a emancipação das pessoas sob o ponto de vista da autonomia do pensamento, contrariando a lógica mercadológica dos currículos

---

<sup>6</sup> Campus em expansão da Universidade Federal Fluminense no Município de Angra dos Reis – Instituto de Educação de Angra dos Reis – que visa formar profissionais da educação – Licenciaturas em Geografia e Pedagogia – e bacharéis em Políticas Públicas.

### III JORNADA DE EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA SOCIAL

---

educacionais de controle do conhecimento, das formas de saber/fazer de professores e estudantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Ambiental. Agroecologia. Permacultura.